



Relatório de gestão e contas consolidado 2019

Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL

ÍNDICE

Órgãos Sociais	4
Convocatória da Assembleia	5
1. Enquadramento Económico e Social	6
1.1. A economia portuguesa	6
1.2. A atividade seguradora	7
2. Factos relevantes do Grupo Mútua em 2019	7
2.1. Principais variáveis da atividade Consolidada	7
2.2. Área Comercial	7
2.3. Área Técnica	8
2.4. Área Financeira e de Resseguro	8
2.5. Área de Ação Cooperativa e Comunicação	8
2.6. Área de Sistemas de Informação	9
3. A Atividade do Grupo Mútua em 2019	9
3.1. Síntese da atividade	9
3.2. Análise da carteira de prémios: Prémios de Seguro Direto	10
3.3. Análise da carteira de prémios – Ponto Seguro	11
3.4. Análise da Sinistralidade: Custos com sinistros de seguro direto	12
3.5. O Resseguro	13
3.6. Cobranças	13
3.7. Carteira de Ativos Financeiros	14
3.8. Capital Próprio Consolidado	15
3.9. Recursos Humanos	15
3.9.1. Formação	15
3.10. Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno	15
3.11. A Cooperativa	16
3.11.1. Projetos	17
3.11.2. Parcerias, Intercooperação e Associativismo	17
3.11.3. Setor Cooperativo e Social	17
3.11.4. Acompanhamento Social	18
3.11.5. Sistema de Audição de Cooperadores e Beneficiários	18
3.11.6. Informação e Comunicação	18
3.11.7. Ações de Marketing e Publicidade	18
3.11.8. Coro Grupo Mútua	19
4. Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização	19
4.1. Política de remuneração dos Diretores de Topo e colaboradores que exerçam funções chave	20
4.2. Política de remuneração dos demais trabalhadores	20
5. Outras Informações	20
6. Perspetivas para o triénio 2020-2022	21
7. Agradecimentos	21
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	
• Posição Financeira a dezembro 2019 e 2018	24
• Ativo	24
• Passivo e Capital Próprio	25
• Conta de Ganhos e Perdas	26
• Demonstração das Variações no Capital Próprio	27
• Demonstração do Rendimento Integral	28
• Demonstração dos Fluxos de Caixa	29
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	
1. Introdução	30
2. Bases de preparação e políticas contabilísticas significativas	30
2.1. Base de preparação	30
2.2. Base de mensuração	30
2.3. Moeda funcional e de apresentação	30
2.4. Políticas contabilísticas significativas	30
2.4.1. Princípio de consolidação	30

ÍNDICE

2.4.2.	<i>Participações financeiras em subsidiárias</i>	31
2.4.3.	<i>Transações em moeda estrangeira</i>	31
2.4.4.	<i>Instrumentos financeiros</i>	31
2.4.5.	<i>Terrenos e edifícios de uso próprio</i>	37
2.4.6.	<i>Terrenos e edifícios de rendimento</i>	37
2.4.7.	<i>Outros ativos tangíveis</i>	37
2.4.8.	<i>Imparidade de ativos não financeiros</i>	38
2.4.9.	<i>Locações</i>	38
2.4.10.	<i>Impostos sobre rendimentos</i>	38
2.4.11.	<i>Provisões e passivos contingentes</i>	39
2.4.12.	<i>Benefícios dos empregados</i>	39
2.4.13.	<i>Instrumentos de capital</i>	40
2.4.14.	<i>Caixa e equivalentes de caixa</i>	40
2.4.15.	<i>Resseguro</i>	40
2.4.16.	<i>Valores a receber por operações de seguro</i>	40
2.4.17.	<i>Rédito</i>	40
2.4.18.	<i>Contratos de seguro</i>	40
2.5.	<i>Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos</i>	43
2.6.	<i>Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros</i>	44
3.	Relato por segmentos	46
4.	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	49
5.	Ativos financeiros disponíveis para a venda	49
6.	Empréstimos e contas a receber	50
7.	Terrenos e edifícios de uso próprio	50
8.	Terrenos e edifícios de rendimento	51
9.	Outros ativos tangíveis	52
10.	Provisões técnicas de resseguro cedido	53
11.	Ativos e passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	55
12.	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	58
13.	Ativos e passivos por impostos	59
14.	Acréscimos e diferimentos	60
15.	Afetação dos investimentos e outros ativos	60
16.	Provisões técnicas	61
17.	Outros passivos financeiros	64
18.	Outros credores por operações de seguros e outras operações	65
19.	Acréscimos e diferimentos	65
20.	Capital social	65
21.	Reservas	66
22.	Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	66
23.	Custos de Exploração	67
24.	Comissões recebidas de contratos de seguro	68
25.	Rédito	69
26.	Rendimentos financeiros	70
27.	Gastos financeiros	70
28.	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor	71
29.	Perdas por imparidade (líquidas de reversão)	71
30.	Outros rendimentos/gastos	72
31.	Instrumentos financeiros	72
32.	Justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros	72
33.	Gestão de riscos, objetivos e políticas	75
34.	Gestão de capital	84
35.	Compromissos e contingências	84
36.	Partes relacionadas	85
37.	Acontecimentos após a data de balanço	85
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – CONTAS CONSOLIDADAS		86
CLC – RELATO SOBRE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS		87

ÓRGÃOS SOCIAIS

Membros dos órgãos sociais da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Frederico Fernandes Pereira

Vice-Presidente

Carlos Alberto Espadinha

Secretários

Filipa Marta Torres Faria

António José Casmarrinha

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

José Manuel Jerónimo Teixeira

Vice-Presidente

João Paulo Quinzico Delgado

Administradores - Efetivos

Álvaro José Bota Guia

Arsénio Marques Caetano

Filipe Manuel Santos Dias Marques

Jerónimo Gomes Viana

José Luís Marques Cabrita

Administradores – Suplentes

Emanuel Borges Cardoso

Gualberto Costa Rita

Manuel Coentrão Pontes

CONSELHO FISCAL

Presidente

Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda

Vogais – Efetivos

Jorge Serafim Silva Abrantes

José Joaquim Salvado Mesquita

Vogal – Suplente

José António Fernandes

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA, representa-
da por:

Revisor Oficial de Contas – Efetivo

Carlos Manuel Grenha

Revisor Oficial de Contas – Suplente

Carlos Alberto Domingues Ferraz

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E VENCIMENTOS

Presidente

Rui Manuel Barbosa Coelho e Campos

Vogais

Genuino Alexandre Goulart Madruga

José Marcelino Correia Castanheira

CONSELHO NACIONAL

4 Membros da Mesa da Assembleia Geral

11 Membros eleitos pelos Conselhos Regionais

1 Representante dos Trabalhadores

CONSELHOS REGIONAIS

Norte

Centro

Sul

Algarve

Açores

Madeira

CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA GERAL

Nos termos legais e estatutários, é convocada a **Assembleia Geral da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL.**, com o capital social variável mínimo de 6.000.000 de Euros, com sede em Lisboa, na Avenida Santos Dumont, nº 57 - 6º andar, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 16.616, para se reunir no dia **29 de junho de 2020, pelas 15 horas**, na sua sede, na morada acima indicada, e com apoio do sistema de videoconferência, tendo a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1.º** - Discussão e votação do Relatório de Gestão, documentos de Prestação de Contas, bem como do Relatório do Revisor Oficial de Contas e Parecer do Conselho Fiscal e respetivas conclusões, referentes ao exercício de 2019, incluindo a forma de aplicação dos resultados;
- 2.º** - Discussão e votação do Relatório de Gestão Consolidado, documentos de Prestação de Contas Consolidadas, bem como do Relatório do Revisor Oficial de Contas e Parecer do Conselho Fiscal e respetivas conclusões, referentes ao exercício de 2019;
- 3.º** - Discussão e votação da proposta de aplicação do Fundo de Reserva para a educação cooperativa e formação cultural e técnica dos cooperadores, trabalhadores e comunidade;
- 4.º** - Discussão e votação do Plano de Formação para 2020;
- 5.º** - Declaração sobre a política de remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização;
- 6.º** - Renúncia de José Joaquim Salvado Mesquita ao cargo de Vogal do Conselho Fiscal e consequente nomeação do Suplente José António Fernandes, a Vogal;
- 7.º** - Outros Assuntos.

Atendendo as contingências atuais, provocadas pela epidemia COVID-19, Assembleia Geral irá realizar-se também por videoconferência, assegurando a Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros CRL. a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações. Caso pretenda aceder por este meio, deve entrar em contacto com a Mútua dos Pescadores através do endereço geral@mutuapescadores.pt ou do telefone 213936300, até ao dia 21 de junho de 2020.

No edifício da sede da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros CRL., estará disponível uma sala para acolher os cooperadores que ainda assim desejem deslocar-se, contudo, o acesso a este espaço estará dependente da verificação de normas de segurança, nomeadamente o uso obrigatório de máscara e da salvaguarda do distanciamento de pelo menos dois metros entre cooperadores.

Nos termos do n.º 2, do artigo 35.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes, por via telemática ou presencial, mais de metade dos cooperadores com direito a voto, a assembleia **reunirá validamente meia hora depois com qualquer número de participantes.**

Lisboa, 28 de maio de 2020

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Frederico Fernandes Pereira

RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADO DE 2019

1. Enquadramento Económico e Social

1.1. A economia portuguesa

O ano de 2019 terá, no essencial, mantido os traços que têm caracterizado a economia portuguesa nos últimos anos: ligeiro crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), inflação nos níveis mais baixos da Europa, e emprego mantendo indicadores de modesto crescimento.

O Banco de Portugal, no seu Boletim Económico de dezembro de 2019, caracteriza o ano como o primeiro de uma trajetória de desaceleração da atividade económica que se prevê para os próximos anos e que resulta das condicionantes externas colocadas a todos os países da zona euro “O enquadramento externo da economia portuguesa tornou-se menos favorável em 2019, perspetivando-se uma recuperação modesta do ritmo de crescimento do PIB e do comércio mundiais ao longo do restante horizonte de projeção. No entanto, existe incerteza em torno desta recuperação, em particular do comércio mundial. (...) O abrandamento das exportações e da indústria também se tem registado em Portugal.”

O Banco de Portugal afirma ainda, “o crescimento potencial da economia portuguesa permanece condicionado por constrangimentos ao crescimento dos fatores produtivos e ao aumento da produtividade, sendo de referir a evolução demo- gráfica adversa, os elevados níveis de endividamento (que limitam o investimento) e os ainda relativamente baixos níveis de capital humano. (...) O crescimento do emprego reflete principalmente a absorção de trabalhadores vindos do desemprego e, em menor grau, o ligeiro aumento projetado para a população ativa, não obstante a continuação da tendência ligeiramente descendente da população total.”

QUADRO 1 - PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL 2019-2022
Taxa de variação anual, em percentagem

	% do PIB 2018	BE dezembro 2019					BE outubro 2019	BE junho 2019		
		2018	2019(p)	2020(p)	2021(p)	2022(p)	2019(p)	2019(p)	2020(p)	2021(p)
Produto Interno Bruto	100	2,4	2,0	1,7	1,6	1,6	2,0	1,7	1,6	1,6
Consumo Privado	64,8	3,1	2,3	2,1	1,9	1,7	2,3	2,6	2,0	1,7
Consumo Público	17	0,9	0,5	0,8	0,8	0,8	0,5	0,5	0,5	0,5
Formação Bruta de Capital Fixo	17,6	5,8	7,3	5,4	4,8	4,3	7,2	8,7	5,8	5,5
Procura Interna	99,9	3,3	3,1	2,6	2,2	2,0	2,9	3,5	2,3	2,2
Exportações	43,5	3,8	2,8	2,6	2,8	3,0	2,3	4,5	3,1	3,4
Importações	43,4	5,8	5,4	4,6	4,2	3,9	4,6	8,0	4,3	4,4
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.) (a)										
Procura interna		1,7	1,5	1,3	1,2	1,1	1,6	1,3	1,1	1,0
Exportações		0,8	0,4	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4	0,5	0,5
Emprego (b)		2,3	1,0	0,8	0,4	0,1	0,9	1,3	0,8	0,4
Taxa de desemprego (em % da População Ativa)		7,0	6,3	5,9	5,6	5,6	6,4	6,3	5,7	5,3
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		1,4	0,4	0,7	0,9	0,0	0,5	0,1	0,2	0,2
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		0,8	-0,6	-1,2	-1,7	-2,1	-0,7	-0,5	-0,7	-1,1
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		1,2	0,3	0,9	1,2	1,4	0,4	0,9	1,2	1,3

Fontes: Banco de Portugal e INE.

Notas: (p) – projetado, pp – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias associadas a cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2015. Para mais informações, ver a Caixa “Atualização dos conteúdos importados da procura global para a economia portuguesa” do Boletim Económico de março de 2019. (b) Emprego total em número de indivíduos de acordo com o conceito de Contas Nacionais.

Naturalmente, não são alheios a este aumento da população ativa a contínua maior participação das mulheres no mercado de trabalho, bem como o aumento da idade da reforma, o aumento dos fluxos imigratórios de estrangeiros e, indireta- mente, a quebra da natalidade que reduz o número de jovens que ainda não entraram no mercado de trabalho.

Neste contexto, é compreensível que no setor económico em que se situa a nossa atividade, particularmente na

pesca, se tenha feito sentir a dificuldade de recrutar trabalhadores, nomeadamente portugueses, sendo igualmente notório que os seguros que registam crescimento dos prémios emitidos são os dos ramos obrigatórios (como os de acidentes de trabalho), no caso dos ramos Não Vida, ou os tendentes a prevenir o conforto na velhice como os Planos de Poupança Reforma, no lado dos Ramos Vida, que conferem segurança em tempos de juros baixos.

1.2. A atividade seguradora

A atividade seguradora em Portugal, de acordo com os Indicadores de Gestão divulgados pela Associação Portuguesa de Seguradores, registou durante o ano em apreço uma quebra do volume global de prémios emitidos (-5,84%), justificada pelo resultado menos positivo dos ramos Vida (-14%), o que condicionou fortemente o resultado do setor, apesar de nos ramos Não Vida, onde a Mútua se enquadra, se ter registado um crescimento de 8,18%. No que diz respeito à sinistralidade, comparativamente com 2018, os custos globais em 2019 decresceram (-9,27%), sendo que neste caso os ramos Vida tiveram um melhor desempenho (-14,65%), enquanto os ramos Não Vida viram os seus custos aumentar em 2,7%.

Já no que se refere a factos relevantes observados no setor, sublinham-se as transformações de algumas das companhias a operar em Portugal, continuando a observarem-se lógicas de fusão ou concentração, assistindo-se simultaneamente ao enorme esforço dos diferentes atores, independentemente da sua dimensão ou características, para cumprir com os requisitos da nova Lei de Distribuição de Seguros, com a reflexão sobre o efeito das alterações climáticas na produção de seguro ou com a necessidade de implementar as novas normas de reporte financeiro exigidas pela IFRS 17.

2. Factos relevantes do Grupo Mútua em 2019

2.1. Principais variáveis da atividade consolidada

(valores em euros)

QUADRO 2 – PRINCIPAIS VARIÁVEIS DA ATIVIDADE CONSOLIDADA			
Balço	2019	2018	Varição (%)
Investimentos	37 193 161	32 009 030	16,2%
Ativo Líquido	44 935 881	40 405 332	11,2%
Capital Próprio	14 206 778	11 670 095	21,7%
Provisão para prémios n/ Adquiridos	1 127 442	1 055 527	6,8%
Provisão Matemática	11 694 140	11 290 003	3,6%
Provisão para Sinistros	18 281 754	17 124 513	6,8%
Provisão para sinistros Líquida de Resseguro	15 638 111	15 059 980	3,8%
Provisões Técnicas	19 889 546	18 695 361	6,4%
Provisões Técnicas Líquidas de Resseguro	16 583 972	16 009 112	3,6%
Ganhos e Perdas			
Prémios Brutos Emitidos	10 664 875	9 104 980	17,1%
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	7 191 176	5 854 343	22,8%
Custos com sinistros de seguro direto	7 959 206	6 407 935	24,2%
Custos com sinistros Líquidos de Resseguro	5 769 848	4 791 519	20,4%
Custos Operacionais	1 268 242	1 104 691	14,8%
Rédito	1 985 425	1 749 183	13,5%
Rendimentos	828 134	798 955	3,7%
Out. Rendimentos/gastos não técnicos	(1 593 027)	(1 164 903)	36,8%
Resultado Líquido	980 953	1 055 228	-7,6%

2.2. Área Comercial

De acordo com a estratégia definida, o mar e, em particular, a atividade da Pesca, continuam a ser o foco central

da atividade da Mútua dos Pescadores. Neste setor cresceu-se 18,4%, nos ramos de Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Marítimo.

Nos outros setores de atividade, verificou-se um crescimento na ordem dos 10,4%, onde, a par da carteira dos ramos de Acidentes de Trabalho e de Acidentes Pessoais, a Mútua dispõe de uma carteira de produtos de Multirriscos e Incêndio que também cresceu.

Na Ponto Seguro o ramo vida sofreu uma quebra (-36,87%), algo que não tem impacto nos resultados globais, visto que este ramo tem uma expressão muito residual na carteira global da mediadora (1,4%). No Ramo Não Vida, onde se concentram 98,6% da produção da Ponto Seguro, verificou-se um crescimento acentuado no ramo de Acidentes de Trabalho (18,04%), bem como no ramo Doença (18,71%) e Multirriscos (9,73%), tendo-se verificado ligeiros aumentos na carteira de Automóvel e Acidentes Pessoais.

2.3 Área Técnica

Tal como planificado, consolidou-se o alinhamento das práticas e funções ajustadas à gestão do mecanismo da participação eletrónica de Acidentes de Trabalho.

Prosseguiu-se a implementação procedimentos inerentes ao cumprimento do Regulamento Geral Proteção Dados Pessoais.

Na Ponto Seguro destacamos a contínua melhoria da capacidade de resposta do Departamento Técnico, redefinindo as suas competências e alargando a sua composição ainda que ocasionalmente, com a participação de outros quadros, partilhando informação e conhecimento.

2.4 Área Financeira e de Resseguro

Durante o ano de 2019, a par das atividades quotidianas próprias da gestão financeira, contabilísticas e de resseguro, deu-se particular atenção ao desenvolvimento de projetos e ações decorrentes das novas exigências colocadas ao setor.

Foram monitorizados o conjunto de indicadores de “performance” (KPI) e de indicadores de risco (KRI) definidos, e procedeu-se ao desenvolvimento de novos indicadores de risco com métrica de rentabilidade económica baseada no risco. Procedeu-se à elaboração do orçamento plurianual (2020-2022) que reflete a estratégia definida pelo Conselho de Administração, mantendo-se as grandes linhas estratégicas para o desenvolvimento da seguradora num horizonte de três anos.

Na Ponto Seguro, a manutenção do crescimento da carteira e do comissionamento, continua a ser o objetivo principal, donde destacamos a defesa e melhoramento dos níveis de comissionamento base, dos acordos de incentivos e a diversificação dos produtos comercializados.

2.5 Área de Ação Cooperativa e Comunicação

Pés no Terreno

A Administração da Mútua dos Pescadores esteve mais uma vez presente em diversos pontos do território nacional constatando no terreno as necessidades efetivas das comunidades piscatórias para melhor intervir na resolução das diversas questões. Destacam-se as presenças em Olhão para auscultar os pescadores sobre as condições do porto de pesca; o estreito acompanhamento da comunidade piscatória tendo em conta a necessidade de resolver o avançado estado de degradação do portinho da Ericeira; a presença na Póvoa de Varzim e na Figueira da Foz para aferir o estado em que as barras destes portos se encontram; e a imediata presença no arquipélago dos Açores para avaliar os impactos do “Furacão Lorenzo”.

Jornadas

As Jornadas anuais do Grupo realizaram-se em Sesimbra, envolvendo a participação da generalidade dos trabalhadores, tendo como objetivo fazer o balanço da atividade, bem como perspetivar o futuro.

As linhas estratégicas para o Plano Plurianual tiveram aí o habitual espaço de discussão que envolveu também a Administração da cooperativa. Para além dos objetivos de discussão e reflexão, as Jornadas constituem anualmente um espaço de convívio entre trabalhadores e dirigentes.

2.6 Área de Sistemas de Informação

De acordo com a planificação estabelecida, implementaram-se novos procedimentos e alteraram-se processos no âmbito das obrigações impostas pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Prosseguiu-se o desenvolvimento do projeto de renovação e reforço dos sistemas de segurança do "Datacenter". Implantou-se e configurou-se um novo sistema de Gestão de Ativos.

Acompanhou-se o projeto de substituição da Central Telefónica.

Preparou-se o processo de implementação de novas infraestruturas de rede e comunicações de dados em balcões da rede Mútua.

Procedeu-se ao desenho do projeto de melhoria e renovação dos sistemas de hardware e Sistemas Operativos dos postos de trabalho.

Prosseguiu-se a configuração do produto Multipesca no eGis.

Acompanhou-se a implementação do SAFT (ficheiro que reúne a informação contabilística e fiscal) e e-Fatura.

Configurou-se e implementou-se a nova modalidade do produto Multiriscos Habitação.

Procedeu-se à integração automática de Folhas de Férias de Acidentes de Trabalho no GIS.

3. A Atividade do Grupo Mútua em 2019

3.1. Síntese da atividade

O resultado líquido apurado nas contas consolidadas de 2019 foi positivo em 980 953€ após interesses minoritários.

Na Mútua, destaca-se o forte crescimento no valor dos prémios, em todos os ramos, com maior relevância em Acidentes de Trabalho e Marítimo.

Em termos de custos com sinistros registou-se um agravamento de 20,4% após resseguro. No direto verifica-se um agravamento de 24,2% que advém, principalmente, dos ramos de Acidentes de Trabalho e Marítimo.

Em Acidentes de Trabalho destaca-se a alteração da taxa de juro técnica e encargos de gestão nas provisões matemáticas das pensões não remíveis, relativas a sinistros ocorridos a partir de 1 de janeiro de 2016, para 2% em ambos os parâmetros, mantendo a tábua de Mortalidade TV 73-77.

Os acontecimentos "Furacão Lorenzo" nos Açores e "Depressão Elsa" no continente, ambos ocorridos em 2019, tiveram impacto nos ramos de Marítimo e Multiriscos.

No decorrer do ano de 2019 registaram-se, lamentavelmente, quatro acidentes mortais sendo dois na atividade da Pesca e dois na atividade de Recreio e Marítimo-Turística.

No ramo Marítimo destacam-se três importantes sinistros, dois com embarcações de Pesca e outro com uma embarcação de Recreio.

Nas Despesas Gerais verificou-se um acréscimo de 6,5% em relação a 2018.

A Ponto Seguro registou em relação ao exercício anterior, um crescimento de 8,47% em termos de Prémios Comerciais Cobrados e de 8% em termos de Comissões, valores que ficam acima dos valores registados pelo mercado.

3.2. Análise da carteira de prémios: Prémios de Seguro Direto

(valores em euros)

QUADRO 3 - PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS			
Ramos	2019	2018	Variação (%)
Acidentes de Trabalho	5 950 420	4 909 871	21,19%
Acidentes Pessoais	1 166 176	1 110 000	5,06%
Incêndio e Elementos da Natureza	979	954	2,70%
Outros Danos em Coisas-Riscos Múltiplos	272 273	264 763	2,84%
Marítimo	3 275 027	2 819 392	16,16%
TOTAL	10 664 875	9 104 980	17,13%

O valor de Produção de Seguro Direto foi de 10.664.875€, o que representou um crescimento de 17,13% em relação a 2018. Este acréscimo de prémios manifestou-se em todos os ramos, destacando-se os Acidentes de Trabalho com um crescimento de 21,19% seguido de Marítimo com 16,16%.

Tanto no ramo de Acidentes de Trabalho como no ramo Marítimo o acréscimo foi sentido, fortemente, na atividade da Pesca em 21,74% e 22,15% respetivamente. Este crescimento derivou da captação de novos segurados e das atualizações salariais.

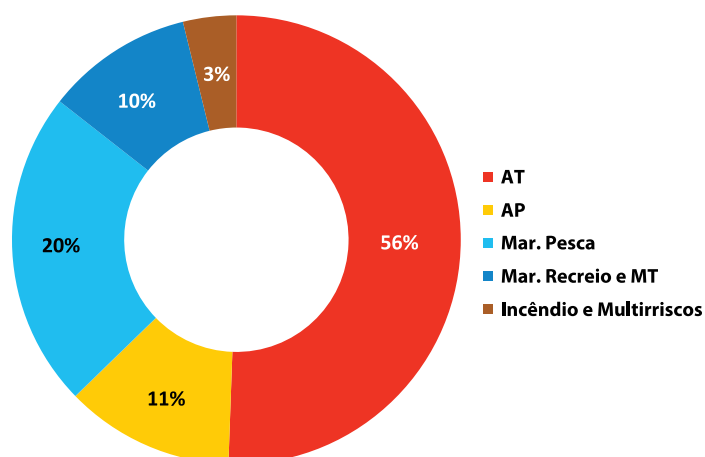
Em Acidentes de Trabalho, as "Outras atividades" registaram um acréscimo de 18,37%.

Nos Acidentes Pessoais o acréscimo adveio também da atividade da Pesca, em 8,87%, logo seguida da Náutica de Recreio com 7,35%.

No Ramo Marítimo o acréscimo derivou, para além da Pesca, da Náutica de Recreio/ Marítimo-Turística em 5,85%. As "Outras atividades" registaram um decréscimo (-2,63%).

Estrutura da Carteira de Prémios

Gráfico 1 – Produção de 2019 por Vetor Estratégico

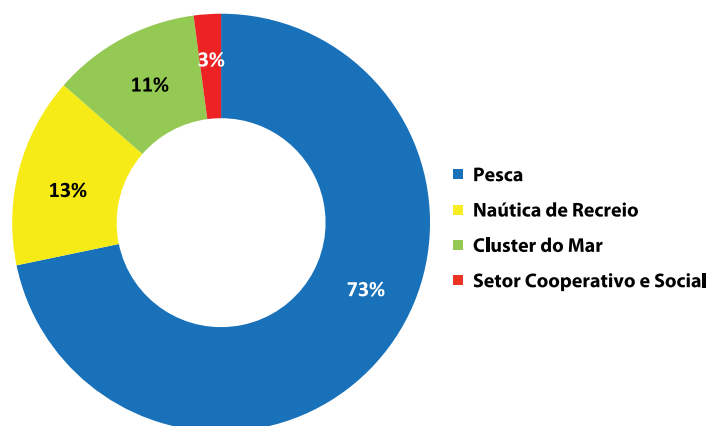


Verificou-se um acréscimo do setor da Pesca relativamente ao ano 2018, consolidando-se como a grande área de especialização da Mútua. Registou-se um ligeiro decréscimo na Náutica de Recreio e no Cluster do Mar e manteve-se o peso do setor Cooperativo e Social.

Estrutura da Carteira de Prémios por Ramos

A carteira em 31 de Dezembro de 2019 distribuía-se de acordo com o gráfico 2:

Gráfico 2 – Estrutura da Carteira de Prémios



Os prémios cresceram muito acima do orçamentado.

A recomposição da carteira de prémios não foi alcançada, existindo mesmo um acréscimo do peso dos AT na carteira global da Mútua.

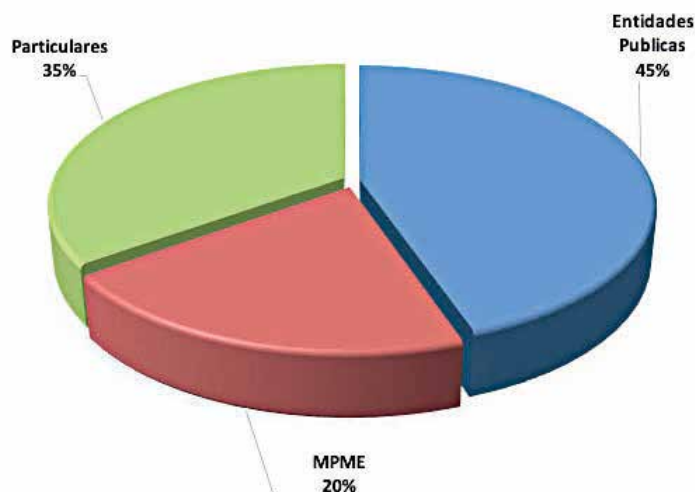
3.3. Análise da carteira de prémios – Ponto Seguro

Por Linha de Negócio

É evidente a importância que a Ponto Seguro possui na gestão das carteiras de seguros das entidades públicas, já que este sector representa cerca de 45% da carteira da mediadora, tendo crescido ligeiramente face ao ano anterior, em que o seu peso se situava nos 44%.

O volume de prémios cobrados cresceu em todos os segmentos, no entanto ao nível dos particulares o crescimento foi residual, o que face ao crescimento mais significativo do segmento das empresas privadas, bem como no sector das entidades públicas, fez com que o peso relativo desta linha acabasse por baixar.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR LINHA DE NEGÓCIO



Por Seguradora

A distribuição da carteira pelas Seguradoras com que a Ponto Seguro possui protocolos comerciais, sofreu em 2019 algumas alterações em relação ao exercício anterior, nomeadamente o crescimento das carteiras da SU Tranquilidade e Lusitânia e a redução do peso das carteiras das seguradoras Fidelidade e Caravela.

3.4. Análise da Sinistralidade: Custos com sinistros de seguro direto

Em 2019 registou-se um acréscimo na taxa de sinistralidade relativamente a 2018, de 70,4% para 74,6%. Esse acréscimo verificou-se em Acidentes de Trabalho, Multiriscos e Marítimo.

Destacam-se quatro acidentes mortais, dois na atividade da Pesca, que abrangeram os ramos de Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais, e dois na atividade de Recreio e Marítimo-Turística, com impacto no ramo de Acidentes Pessoais.

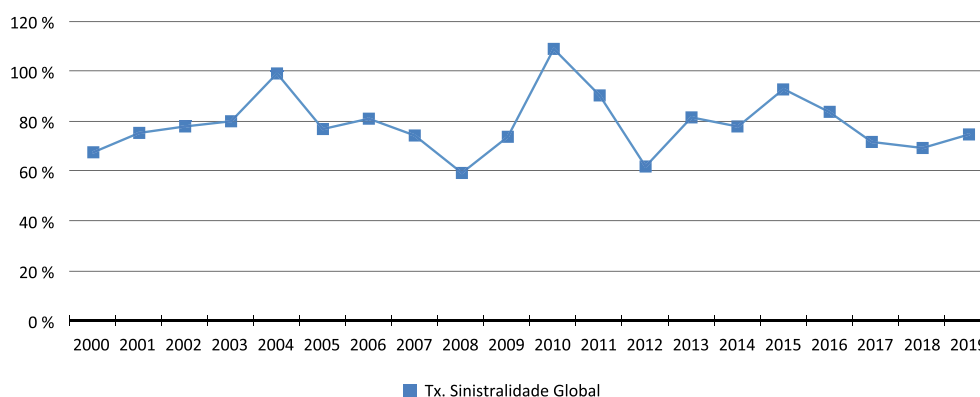
Em Marítimo destacam-se três importantes sinistros, dois com embarcações de pesca e outro com uma embarcação de Recreio, que atingiram o valor global de cerca de 661.000€.

Os acontecimentos “Furacão Lorenzo” e “Depressão Elsa” causaram a abertura de 24 processos de sinistro, em Multiriscos e Marítimo, com uma estimativa de custo que ascende a 297.306€.

QUADRO 4 - TAXAS DE SINISTRALIDADE BRUTAS		
Ramos	2019	2018
Acidentes de Trabalho	80,6%	77,9%
Acidentes Pessoais	39,5%	41,0%
Incêndio e Elementos da Natureza	-221,4%	2092,1%
Outros Danos em Coisas-Riscos Múltiplos	70,2%	64,4%
Marítimo	76,6%	68,8%
TOTAL	74,6%	70,4%

Taxa de sinistralidade = Custos com sinistros após imputação/Prémios Brutos Emitidos.

Gráfico 3 – Evolução da Taxa de Sinistralidade Global



Os Custos com Sinistros

O valor total dos custos com sinistros ascendeu, em 2019, a 5.769.848€ o que revela um acréscimo de 20,4% em relação a 2018. Sem a componente de resseguro, o valor de 2019, ascenderia a 7.959.206€ o que revela um acréscimo de cerca de 24,2% em relação a 2018.

O acréscimo advém, principalmente, dos ramos de Acidentes de Trabalho e Marítimo.

Em Acidentes de Trabalho destaca-se a alteração da taxa de juro técnica e encargos de gestão nas provisões matemáticas

das pensões não remíveis, relativas a sinistros ocorridos a partir de 1 de janeiro de 2016, bem como os acontecimentos “Furacão Lorenzo” nos Açores e “Depressão Elsa” no continente, com impacto nos ramos de Marítimo e Multirriscos.

(valores em euros)

	QUADRO 5 - CUSTOS COM SINISTROS											
	AC TRABALHO		AC PESSOAIS		INCÊNDIO		MULTIRRISCOS		MARÍTIMO		TOTAL	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
MONT. PAGOS	3529474	2938949	264597	146313	17509	274	123366	84046	1799154	1805621	5734100	4975203
VAR. PROV. SIN.	656209	307319	(118706)	84221	(19678)	19678	(4229)	26883	554652	(13539)	1068248	424562
RESSEGURO	(213882)	(121431)	(32643)	20732	1951	(17957)	(105989)	(95541)	(1838796)	(1402220)	(2189359)	(1616417)
IMP. CUSTOS	613197	577170	315295	224818	-	-	72101	59484	156266	146698	1156858	1008170
TOTAL	4584997	3702007	428543	476084	-217	1995	85249	74872	671276	536560	5769848	4791519

3.5. O Resseguro

O Saldo geral relativo às Contas de Resseguro apresentou-se favorável aos resseguradores. Em 2019 não se registaram alterações na estrutura dos contratos de resseguro.

(valores em euros)

	QUADRO 6 - CONTAS DE RESSEGURO CEDIDO 2019-2018	
	2019	2018
Prémios de Resseguro Cedido	(3 440 551)	(3 149 226)
Var. da Prov. Prémios não Adquiridos	40 216	39 515
Comissões de Resseguro Cedido	833 097	785 020
Montantes Pagos	1 589 822	1 652 445
Var. da Provisão Sinistros	599 536	(36 028)
Juros s/Reservas	(3 128)	(3 258)
Saldo	(381 007)	(711 533)

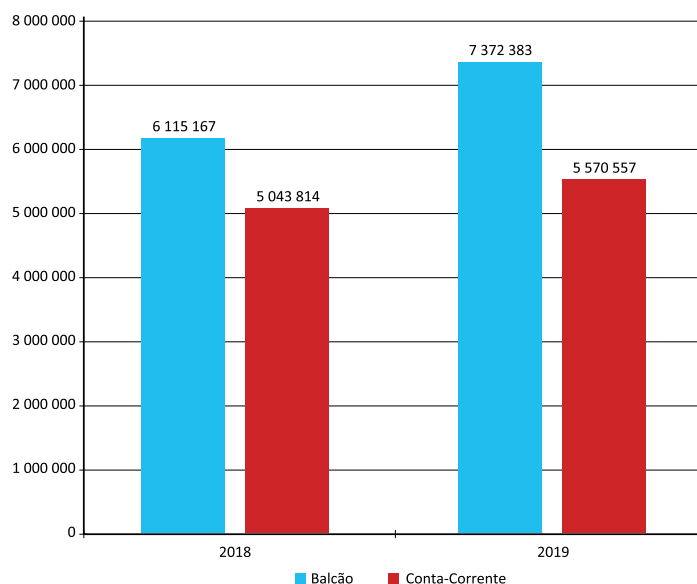
3.6. Cobranças

O ano 2019 registou um comportamento bastante positivo nas cobranças no seu global.

Cobram-se 11.673.499€ de Prémios Totais, líquidos de estornos e anulações, o que representou um acréscimo de 16,9% em relação a 2018.

Procedendo à análise por canal de cobrança (Recibos cobrados) verifica-se um acréscimo de cobrança nos balcões de 20,6% e no canal Conta Corrente de 10,4%.

Gráfico 4 – Cobranças por canal



A Ponto Seguro, em termos de prémios cobrados, registou um crescimento de 8,47% em relação ao exercício anterior.

3.7. Carteira de Ativos Financeiros

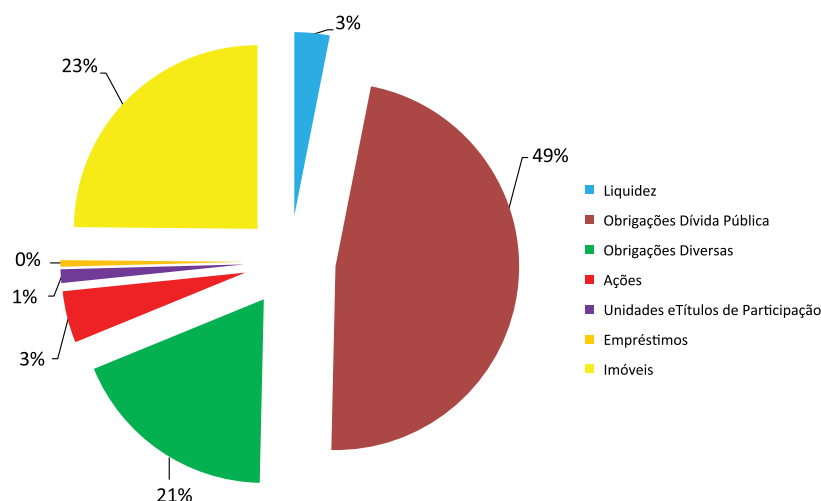
No decurso de 2019 as condições dos mercados financeiros mantiveram-se, sem grande volatilidade e com taxas de juro em níveis muito baixos.

A Mútua manteve a sua política de investimentos e uma estratégia conservadora, essencialmente focada em ativos de rendimento fixo (Obrigações de Dívida Pública e "Corporate").

A carteira de ativos financeiros de 36.502.425€ é essencialmente constituída por Obrigações (de Dívida Pública e "Corporate"), que representam cerca de 70% do valor global, e por Imóveis que representam 23%.

Mantém-se uma atenção particular à liquidez (saldos de depósitos à ordem, caixa e depósitos a prazo) que representa 3% do valor total.

Gráfico 5 - Estrutura de Ativos Financeiros



Na Ponto Seguro a carteira de ativos financeiros, num total de 2.053.483€ é composta por:

Caixa e depósitos a prazo 1.144.751€

Ativos financeiros disponíveis para venda 330.816€

Imóveis 577.916€

(valores em euros)

QUADRO 7 - ATIVOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS			
	2019	2018	Varição
Terrenos e Edifícios	8 834 384	8 481 857	352 527
Ações e Outros Rendimento Variável	1 141 049	1 101 233	39 816
Obrigações e Outros Rendimento Fixo	25 519 214	20 740 436	4 778 778
Empréstimos Hipotecários	149 000	152 686	(3 686)
Depósitos a Prazo	1 700 171	2 446 856	(746 685)
Total	37 343 818	32 923 068	4 420 750

3.8. Capital Próprio Consolidado

QUADRO 8 - CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO			
	2019	2018	Variação (%)
Capital Social	6 130 846	5 096 901	20,3%
Reservas de Reavaliação	3 996 427	2 065 258	93,5%
Reserva por Impostos Diferidos	(935 933)	(526 985)	77,6%
Outras Reservas	3 149 165	2 241 176	40,5%
Resultados Transitados	884 671	1 738 517	-49,1%
Resultado Líquido	981 601	1 055 228	-7,0%
Total	14 206 778	11 670 095	21,7%

A Mútua dos Pescadores monitoriza a solvência de acordo com o Regime de Solvência II em vigor desde 1 de janeiro de 2016.

Nestes termos e de acordo com o estabelecido na legislação, os dados relativos à margem de solvência serão divulgados publicamente durante o próximo mês de abril através do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR).

3.9. Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2019, verificou-se um aumento no número de trabalhadores de 40 para 43, incluindo os contratados a termo. O conjunto dos trabalhadores encontra-se distribuído pelo território nacional (Continente e Regiões Autónomas), acompanhando a presença da Mútua nas diversas comunidades ribeirinhas.

Em 2019 a distribuição entre elementos do sexo feminino e masculino é de 60% feminino e 40% masculino.

A antiguidade média dos trabalhadores é de 18 anos.

Novo Acordo de Empresa – para a Mútua dos Pescadores e Ponto Seguro

Foi celebrado em 2018 o primeiro “Acordo de Empresa” tanto para a Mútua como para a mediadora Ponto Seguro. Nos Boletins de Trabalho e Emprego (BTE) n.º 18 e 19, de 15 e 22 de maio de 2018, respetivamente, foram publicados os “Acordo de Empresa (AE)” celebrados entre as empresas do Grupo - Mútua dos Pescadores e Ponto Seguro, com o Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (SINAPSA).

3.9.1. Formação

Relativamente à formação interna, organizaram-se duas ações do Curso de Cooperativismo e Seguros, nível base, para acolher 4 novos trabalhadores. Organizaram-se também as primeiras ações subordinadas ao tema “Novos enquadramentos legais e ferramentas de trabalho”, sobre o Regulamento Geral de Proteção de Dados (contando aqui com formador externo) e a nova Participação Eletrónica de Acidentes de Trabalho. Esta formação envolveu 75 trabalhadores do Grupo Mútua. Organizaram-se ainda para os associados operadores de empresas de Marítimo-Turística nove ações de formação subordinadas ao tema “Sensibilização para a segurança – uma abordagem ao controlo de multidões”, em Peniche, Nazaré, Olhão e Portimão, envolvendo 81 formandos.

Na Ponto Seguro foram realizadas diversas ações de formação, envolvendo os seus quadros, nomeadamente sobre produtos, atendimento ao público, gestão de conflitos, contratação pública, gestão de carteiras de empresas privadas e de entidades públicas, RGPD, entre outras.

3.10. Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno

No decurso de 2019 foram desenvolvidas diversas ações, destacando-se:

- Elaboração do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR) relativo ao ano de 2018, previsto nos

artigos 51.º a 56.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 83.º do Regime Jurídico de Acesso à Atividade Seguradora e Resseguradora e nos artigos 290.º e 303.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, com a estrutura e conteúdo identificado nesse regulamento;

- Elaboração e envio à ASF dos reportes quantitativos e qualitativos a nível individual a que a Mútua está obrigada;
- Elaboração e envio à ASF do Recálculo da dedução transitória nos termos do Regime transitório aplicável às Provisões Técnicas (n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro);
- Participação, no âmbito das comissões técnicas da Associação Portuguesa de Seguradores, em matérias relevantes como Acidentes de Trabalho e Solvência II, nomeadamente com a participação no âmbito da Comissão Técnica de “Economia e Finanças” nos Grupos de Trabalho “Assuntos Financeiros e Fiscais”, “Investimentos”, “Gestão de Riscos e Atuariado” e “Estatísticas e Indicadores de Gestão”;
- Desenvolvimento de ferramentas, ao nível das Tecnologias de Informação, para maior controlo do risco de sinistro em AT, nomeadamente com a introdução de novo software para a avaliação das responsabilidades de natureza “Vida” em AT;
- Início da Implementação de um Sistema para a Gestão de Ativos;
- Revisão e formalização de diversas políticas no âmbito do acompanhamento do plano de implementação de Solvência II, nomeadamente a Política de Provisionamento, as atualizações da Política de Autoavaliação Prospetiva do Risco e da Solvência e Política Antifraude.
- No âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados, revisão da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais;
- Revisão da Política de Remuneração e atualização do Código de Conduta;
- Elaboração do relatório, no âmbito da gestão de riscos, sobre o branqueamento de capitais e Política Antifraude;
- Reporte ORSA (Avaliação Própria do Risco e Solvência) individual;
- Introdução de testes de esforço inverso com o objetivo de identificar cenários adversos que comprometam a viabilidade da seguradora;
- Avaliação dos indicadores de “performance” (KPI) e dos indicadores de risco (KRI) já definidos e desenvolvimento de novos indicadores de risco com métrica de rentabilidade económica e baseado no risco;
- Participação e elaboração do orçamento plurianual (2020-2022).

3.11 A Cooperativa

O Presidente do Conselho de Administração da Mútua assume um lugar no Conselho Fiscal da Associação Portuguesa de Seguradores (APS).

A Presidência da Mesa da Assembleia Geral e a Vice-presidência da Direção da CONFECOOP são ocupadas por dois membros do Conselho de Administração da Mútua e, nesta condição, assume-se o papel de vogal no Conselho Fiscal da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), de membro da Direção do Centro de Estudos de Economia Pública e Social (CIRIEC-Portugal) e de membro suplente no Conselho Económico e Social (CES).

Um membro do Conselho de Administração da Mútua ocupa a Presidência da Mesa da Assembleia Geral da Associação de Desenvolvimento de Peniche (ADEPE).

A Mútua dos Pescadores preside à Direção da Associação Comercial, Industrial e de Serviços da Nazaré, onde está representada por um membro do Conselho de Administração.

A Diretora Geral participa no Órgão de Administração da Associação Europeia de Seguradoras, Mútuas e Cooperativas (AMICE) e o Diretor Geral Adjunto assume a Presidência da Direção da Associação Europeia de Seguradoras de Pesca (EFICA).

A Mútua é ainda filiada na Associação Portuguesa de Seguradores (APS), na Associação Europeia de Seguradoras, Mútuas e Cooperativas (AMICE), na Associação Internacional de Cooperativas e Mútuas de Seguros (ICMIF) e na Associação Europeia de Seguradoras de Pesca (EFICA).

3.11.1. Projetos

Destaca-se a integração da Mútua na parceria do Projeto “Blue Circular Postbranding Project” – Projeto de I&D em Espaço Marítimo da Universidade Europeia e Universidade da Beira Interior, com financiamento da A2S – Associação de Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia e da Comissão de Gestão do MAR2020, que visa transformar o lixo marinho recolhido no mar em peças utilitárias ou de “design”, contribuindo para a redução dos desperdícios e uma maior consciência ambiental.

Destaca-se ainda a participação da Mútua no IX Encontro da Rede Braspor, rede que visa fomentar a cooperação entre investigadores que se dedicam ao estudo dos sistemas costeiros.

A Mútua foi também convidada a integrar a candidatura ao projeto promovido pela UMAR-Açores, Arte das Mulheres da Pesca, com financiamento EEA Grants 2014-2021, de “mapeamento, valorização, capacitação e inclusão participativa das Mulheres da Fileira da Pesca dos Açores”, cujos resultados só serão conhecidos em 2020.

Nesta área refira-se também a atenção dada às linhas de apoio, nomeadamente na esteira do Mar2020, para promover projetos nas áreas da formação para a segurança.

3.11.2. Parcerias, Intercooperação e Associativismo

Mantém-se ativa participação nas dez estruturas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC Costeiros).

Mantém-se também a participação no Conselho Consultivo do Sul, organismo de consulta da Comissão Europeia, para as pescas, e seus grupos de trabalho, e no Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas.

Continua-se a apoiar o projeto de Vila Chã/Vila do Conde, Mar de experiências.

Mantém-se a ativa participação nas iniciativas da Associação Economia Azul, e através desta, a Mútua associou-se à 1.ª edição da “Figueirasea – Sustainable Expo Alliance 2019”, promovida pela autarquia da Figueira da Foz e pela Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz.

Participou-se, a convite do Jornal Economia do Mar, em mais uma edição da Conferência Mar em Português, desta vez com uma intervenção sobre a atividade piscatória, tema que pela primeira vez foi integrado no programa.

Importa salientar a participação e intervenção institucional no 59.º aniversário da DOCAPESCA, bem como a presença na Conferência Internacional “Ocean Governance in Archipelagic Regions”, que decorreu no Faial, Açores.

Apoiou-se a reedição da Feira da Festa das Chagas, em Sesimbra, da Feira do Mar em Sines, da Feira Sabores do Mar, em Peniche, e na Semana do Mar em Setúbal, promovidas pelas autarquias locais. Mantém o apoio às tradicionais Festas de Troia e à Corrida da Liberdade, da Freguesia de São Sebastião. Apoiou-se a prova Triatletas do Clube dos Amigos de Peniche e as XI Jornadas Náuticas do Clube Naval de Peniche. Apoiou-se a iniciativa Dia Escolar do Mar, promovida pelo Agrupamento de Escolas da Nazaré e Associação Nazaré Marés de Maio, bem como as iniciativas “O Poeta do Mês” e a “1ª Edição dos Encontros Literários da Biblioteca da Nazaré – Coletividade Popular.

A Mútua foi também a seguradora das atividades de tempos livres promovidas pela Direção de Apoio Social da Marinha, dos voluntários da Brigada de Mar, das Festas de Nossa Senhora da Boa Viagem e da Festa da Berlenga.

Continua-se a apoiar o Cruzeiro Religioso do Tejo promovido pela Confraria do Tejo e diversas iniciativas da Marinha do Tejo, bem como o Clube Náutico da Figueira da Foz, o Clube Naval de Ponta Delgada, o Clube Açoreano de Pesca Desportiva e a Associação David Melgueiro, que se dedica às atividades de sensibilização para os problemas ambientais.

Participou-se na Feira do Dia Europeu do Mar enquadrada nas comemorações oficiais da Comissão Europeia.

3.11.3. Setor Cooperativo e Social

A Mútua continua a acompanhar as atividades da Confcoop – Confederação Cooperativa Portuguesa, destacando-se este ano a participação nas comemorações do Dia Internacional das Cooperativas.

Destaca-se ainda o apoio ao Congresso da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, realizado em Lisboa, e o tradicional apoio à Campanha de solidariedade Pirlampo Mágico, promovida pela Fenacerci – Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social.

A Direção da Mútua deliberou ainda prestar apoio às populações de Moçambique devastadas pela passagem do ciclone “Idai”, entregando uma verba ao Fundo de Emergência da Cruz Vermelha Portuguesa para a Operação Embondeiro por Moçambique, uma prática levada a cabo pelos membros da OCPLP - Organização Cooperativa de Países de Língua Portuguesa.

3.11.4. Acompanhamento Social

Na área do acompanhamento social a sinistrados graves, destaca-se o processo iniciado em 2018, a continuação do apoio a um pensionista com elevada incapacidade (acidente de 2007), e o apoio aos beneficiários no âmbito de acidente de 2018, nos Açores, que resultou de naufrágio.

Outros casos pontuais de apoio foram prestados, sobretudo no âmbito de acompanhamento a sinistrados que têm necessidades de se deslocar em tratamentos para fora da sua área de residência.

3.11.5. Sistema de Audição de Cooperadores e Beneficiários

Foram tratados pelo Sistema de Audição (SA), cinco processos de reclamação: três processos de Náutica de Recreio (dois relacionados com a regularização de sinistros e um com o agravamento do prémio); um processo de Animação turística, relacionado com o estorno do prémio de seguro; e um processo de Acidentes de Trabalho, relacionado com o pagamento de despesas de deslocação no âmbito de um sinistro.

Três processos tiveram resposta favorável. Um dos processos indeferidos foi já encerrado na 2.ª instância, pela Provedora do Utente, que manteve o parecer do Sistema de Audição. De destacar que dois destes processos originaram duas recomendações no sentido de melhorar os serviços.

Um destes processos foi apresentado através do Livro de Reclamações, outro foi apresentado através do Portal da ASF, e os restantes através dos canais internos do Sistema de Audição.

3.11.6. Informação e Comunicação

Editou-se a Revista Marés em julho destacando a reflexão sobre as Pescas nacionais.

Destaca-se a passagem de testemunho no editorial da Revista, que passou a ser assinado pelo Vice-presidente da Mútua. A Marés 83 assinala ainda o regresso da rubrica “Estaleiros navais”, que pretende promover esta importante indústria nacional. O site e o Facebook institucionais continuaram a divulgar as iniciativas mais relevantes da Mútua e parceiros, algumas aprofundadas na Marés.

Publicaram-se 10 artigos em revistas e outros órgãos, ligados à atividade da Mútua: um artigo sobre Segurança para um parceiro institucional e outro sobre o mesmo tema para uma revista da especialidade, dois artigos para uma Revista de Turismo, com enfoque para a oferta de seguros para o turismo e outras atividades náuticas; dois artigos num jornal regional; três artigos em suplementos de jornais nacionais sobre a organização e atividade; e um artigo num dossier especial sobre seguros dum jornal nacional.

3.11.7. Ações de Marketing e Publicidade

Destaca-se a participação da Mútua na tradicional Feira de dimensão nacional vocacionada para a náutica de recreio e desportos náuticos e atividades ao ar livre – NAUTICAMPO. Uma participação que a Mútua mantém desde 2004.

Publicaram-se anúncios a acompanhar os artigos produzidos, para além de inserções publicitárias em mais nove órgãos de comunicação social regional e de âmbito nacional, dedicadas às atividades marítimas e economia social, e uma digital. Destaque ainda para a inserção de “spot” publicitário numa rádio local.

A Mútua apoiou ainda uma edição especial da Ode Marítima, que assinalou as celebrações do V Centenário da primeira Circum-Navegação ao globo.

No último trimestre no ano, a habitual produção e distribuição dos materiais ocupou parte desta atividade, a saber, a conceção e produção dos calendários e agendas para 2020, e também a produção das tradicionais Tabelas de Marés 2020 para todas as Zonas Mútua.

3.11.8. Coro Grupo Mútua

A atividade do Coro ficou marcada pela gravação do seu primeiro CD que a Mútua apoiou e acarinhou.

O Coro marcou presença nas iniciativas da Mútua, destacando-se a sua participação na abertura do Encontro Nacional “Desafiar o Futuro das Pescas”, em Sesimbra. Esteve também na Nauticampo, na iniciativa “Nazaré – Marés de Maio” e destaca-se ainda a participação no “Festival Giacometti” organizado pela Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo. Associou-se a uma homenagem ao cantautor José Afonso, no Seixal, assinalando o 90.º aniversário do seu nascimento, e no final do ano o Coro fez uma atuação especial no lar Casa Nossa Senhora da Vitória, em Lisboa, prestando homenagem à antiga trabalhadora Hilda Barreto, com 101 anos de idade.

4. Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

A Política de Remuneração da Mútua dos Pescadores aprovada pela Assembleia Geral, de 24 de março de 2019, veio atualizar a anterior Política, que vigorava desde 2017, eliminando as referências ao Contrato Coletivo de Trabalho e substituindo-as pela referência ao Acordo de Empresa celebrado entre a Mútua dos Pescadores e o Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE), 1.ª Série, n.º 18 de 15 de maio de 2018.

Conforme o estipulado no referido Acordo de Empresa, a tabela salarial e demais cláusulas de expressão pecuniária serão atualizados no decurso de 2020.

Na mesma Assembleia Geral, a Comissão de Avaliação e Vencimentos, nos termos estatutários, emitiu a Declaração sobre a Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Mútua dos Pescadores.

A política aprovada prevê, nomeadamente:

- As remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização não integram qualquer componente variável, quer relativamente aos membros do órgão de administração que exercem funções executivas, quer àqueles que não exercem funções executivas;
- Não existe qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários;
- A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração tem em linha de conta os conhecimentos e a experiência em gestão, seguros e setores estratégicos da atividade da Mútua dos Pescadores e as correlativas responsabilidades, bem como o tempo de ocupação que tais funções exigem;
- A Política de Remuneração define que a remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração não pode ser superior a três vezes a remuneração média dos trabalhadores efetivos da Mútua dos Pescadores;
- Os membros do Conselho de Administração não executivos não auferem, em regra, qualquer remuneração fixa ou variável, apenas sendo reembolsados de despesas, de acordo com as normas internas, quando participam em reuniões ou noutros trabalhos da cooperativa;
- Exceionalmente, quando as obrigações previstas com a participação em reuniões e trabalho executivo o justificarem, poderá ser deliberada a atribuição de uma remuneração mensal fixa adequada;

- A execução da política de remuneração é submetida a uma avaliação interna independente, com periodicidade anual, a exercer pela função-chave de Auditoria Interna, em articulação com a Comissão de Avaliação e Vencimentos, conforme as recomendações contidas na Circular da ASF n.º 6/2010, de 1 de abril, sobre política de remuneração;
- Nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, alterada pelo Decreto-Lei n.º 157/2014, de 24 de outubro, a Comissão de Avaliação e Vencimentos submete anualmente à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização.

4.1. Política de remuneração dos Diretores de Topo e colaboradores que exerçam funções chave

As remunerações dos diretores de topo, incluindo Diretora Geral, são fixas e são definidas pelo Conselho de Administração, sob proposta da Diretora Geral, de acordo com a tabela salarial e o Acordo de Empresa celebrado entre a Mútua dos Pescadores e o Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE), 1.ª Série, n.º 18 de 15 de maio de 2018, também aplicáveis aos restantes trabalhadores, não estando fixada qualquer política de remuneração variável ou a atribuição de outros benefícios não aplicáveis aos restantes trabalhadores.

Na Ponto Seguro as remunerações estão de acordo com a tabela salarial e o Acordo de Empresa celebrado entre a Ponto Seguro e o Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE), 1.ª Série, n.º 19 de 22 de maio de 2018, aplicáveis a todos os trabalhadores da mediadora, não estando fixada qualquer política de remuneração variável ou a atribuição de outros benefícios.

As remunerações dos responsáveis por funções-chave e pessoas que exercem funções chave, são igualmente fixas e definidas pelo Conselho de Administração, sob proposta do Comité de Gestão, nos termos acima descritos.

O exercício de funções-chave em regime de subcontratação, por pessoas ou entidades externas, cumpre o exposto no artigo 78.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) e na Política Interna de Subcontratação.

As remunerações são atribuídas, considerando o nível de qualificação e experiência profissional demonstrados, a natureza das responsabilidades e funções a exercer, a natureza cooperativa da organização e a sua capacidade económica e financeira.

4.2. Política de remuneração dos demais trabalhadores

A definição das remunerações e da política de progressão das carreiras profissionais, compete ao Conselho de Administração, sob proposta do Comité de Gestão, com base nas tabelas salariais e instrumentos de regulamentação coletiva em vigor.

Anualmente realiza-se uma avaliação do desempenho de todos os trabalhadores que, não tendo um efeito direto na sua remuneração, é elemento de ponderação na progressão das carreiras profissionais e contribui para a identificação e desenvolvimento de necessidades de formação e para o alinhamento com os objetivos da cooperativa.

5. Outras Informações

O Conselho de Administração reúne com periodicidade mensal, exercendo as competências que se encontram estabelecidas nos Estatutos e legislação em vigor, acompanha a gestão corrente, delibera sobre os assuntos mais importantes, aprova e acompanha a implementação das políticas internas e define as orientações estratégicas.

As reuniões ocorrem, normalmente, ao fim de semana, para facilitar a presença dos seus membros, que desenvolvem outras atividades profissionais. O Comité de Gestão reúne pelo menos duas vezes por mês e garante a gestão corrente.

O *Comité de Quadros* é o órgão de acompanhamento da execução das políticas, planos de ação e objetivos a nível setorial e regional. Visa permitir a participação de todos os quadros dirigentes dos serviços, ou altamente qualificados, na definição das medidas e ações a empreender e no seu acompanhamento, tendo como objetivo facilitar o alinhamento geral necessário.

Reúne trimestralmente e procede à avaliação dos resultados das medidas e ações, perspetivando o trabalho futuro.

Ao *Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno* compete promover e implementar as políticas internas, os procedimentos e controlos adequados à significância dos riscos, sua mitigação e controlo, ao reforço da confiança nos procedimentos operacionais da empresa, de modo a possibilitar a deteção atempada de falhas e/ou fragilidades nos processos e estruturas operativas.

O *Comité Comercial* é o órgão de apoio à definição de estratégias e ações comerciais a desenvolver. Reúne trimestralmente e acompanha a execução das políticas e planos de ação e objetivos ao nível comercial.

6. Perspetivas para o triénio 2020-2022

Como principal orientação estratégica para os próximos anos, mantém-se o crescimento do volume de prémios, ambicionando-se a redistribuição do peso de cada ramo, como forma de atingir o objetivo de recomposição da carteira.

O aumento do resultado líquido e dos capitais próprios ao longo dos próximos anos, bem como a melhoria dos níveis de solvência da cooperativa, continuará a ser um objetivo para consolidar o crescimento sustentado.

O elevado nível de satisfação e fidelização dos tomadores de seguro representa uma responsabilidade que a Mútua assume, na convicção que esta resulta do profissionalismo, da dedicação e da proximidade garantida no trabalho do dia a dia. A Mútua dos Pescadores é fortemente condicionada pelos resultados económicos da Pesca, sendo que as limitações das políticas da União Europeia, com redução das quotas impostas à captura de importantes espécies, bem como a redução e envelhecimento acentuado da frota e dos trabalhadores especializados, continuarão a gerar limitações ao desenvolvimento desta atividade económica.

No entanto, prosseguir-se-á o objetivo da sua afirmação como seguradora do Mar, mantendo a liderança nos seguros da Pesca e consolidando a posição na Marítimo-Turística, continuando a crescer na Náutica de Recreio e noutras atividades do cluster do Mar.

Como empresa social e ambientalmente responsável, continuar-se-á a acompanhar os objetivos e projetos em torno da segurança das pessoas e das embarcações no Mar, bem como de todas as práticas que visem o equilíbrio entre uma exploração racional e a sustentabilidade das espécies.

Manter-se-á o processo, iniciado nos últimos anos, de renovação de quadros face à estrutura etária da Cooperativa, bem como à necessidade de responder com novas qualificações às permanentes exigências da atividade.

O reforço da dimensão cooperativa, com o aumento do número de cooperadores e da sua participação na vida da Mútua, contribuirá para o crescimento da organização e para a sua afirmação junto das comunidades às quais dedica o seu trabalho, garantindo a segurança de pessoas e bens.

A nossa participada Ponto Seguro na linha dos objetivos traçados para o triénio, apresenta como objetivos estratégicos:

- O alargamento do universo de novos clientes, beneficiando do reconhecimento e prestígio da Ponto Seguro nos mais diversos sectores (empresas, particulares, sector publico etc.);
- Reforçar o trabalho de comercialização no sector das pequenas e médias empresas de comércio, serviços e indústrias;

- *Reforçar os mecanismos de controlo de execução;*
- *Apostar na continuada formação profissional dos seus quadros;*
- *Melhorar o nível de seleção de riscos;*
- *Continuar a aprofundar a qualidade da informação de gestão, a fim de reforçar a ação comercial.*

COVID-19

A realidade económica em Portugal e na Europa sofreu profundas alterações entre o momento em que encerrámos o exercício de 2019 e o momento em que aprovamos o respetivo Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas.

De facto, a pandemia decretada pela Organização Mundial de Saúde e conhecida vulgarmente como COVID-19 mudou drasticamente as perspetivas com que a União Europeia, cada um dos países que a integram, e as respetivas empresas e cidadãos encaram hoje o mundo e a economia em particular.

O estado de emergência declarado em Portugal, no dia 19 de março, levou a uma paralisação da vida dos cidadãos e das empresas, tendo como consequência o aumento exponencial do índice de desemprego e a queda abrupta do PIB, mudando drasticamente os indicadores previstos para o ano de 2020 e, eventualmente, anos seguintes.

Neste contexto, também as previsões que fazemos para as atividades da Mútua e da Ponto Seguro carecem de revisão, particularmente, no que toca ao crescimento da produção e à efetivação das cobranças, ou mesmo do efeito provocado nos ativos financeiros das empresas, podendo condicionar, fortemente, o desenvolvimento de projetos estratégicos para os próximos anos.

Confiamos, ainda assim, que a solidez que caracteriza o Grupo Mútua nas suas dimensões económica e social permita ultrapassar os tempos difíceis, retomando a trajetória almejada de consolidação do crescimento.

7. Agradecimentos

O Conselho de Administração da Mútua dos Pescadores congratula-se com os resultados muito positivos que foram alcançados no exercício de 2019 e que certamente muito ficam a dever às entidades e pessoas que passamos a agradecer.

Às entidades de supervisão, ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, a atenção que sempre têm dado à atuação desta singular seguradora cooperativa portuguesa, que não obstante a sua pequena dimensão, cumpre desde a sua fundação, há mais de 77 anos, uma missão muito especializada e de elevado valor para a Pesca Profissional, que hoje se estende a muitas outras atividades do cluster do Mar em particular a Náutica de Recreio e a Marítimo-Turística, das Comunidades ribeirinhas e do setor Cooperativo e Social.

Aos nossos Resseguradores e Seguradoras com quem temos cosseguro, agradecemos a confiança que as relações que mantemos exigem.

A todas as entidades com quem mantemos relações de fins diversos, nomeadamente aos nossos prestadores de serviços, agradecemos a sua colaboração.

Aos Tomadores de Seguro, Segurados, Pessoas Seguras, Beneficiários e todos os Utentes e Cooperadores agradecemos a sua confiança, declarando que sempre faremos tudo o que está ao nosso alcance para lhes prestar o melhor serviço, pela especialização que assumimos e tratamento humanista que nos caracteriza.

Aos Trabalhadores do Grupo Mútua, Dirigentes e Responsáveis por Funções-chave, com destaque para os membros do Comité de Gestão coordenado pela Diretora Geral, Dra. Ana Vicente, agradecemos a dedicação e profissio-

nalismo que diariamente colocam na sua atuação e que é determinante para o cumprimento da missão que nos compete e respeito pelos princípios e valores a que a Cooperativa de utentes de Seguros, Mútua dos Pescadores, está obrigada.

Aos membros da Mesa da Assembleia Geral e de todos os Órgãos Sociais (Conselho Fiscal, Comissão de Avaliação e Vencimentos, Conselho Nacional e Conselhos Regionais), ao Revisor Oficial de Contas, ao Encarregado de Proteção de Dados e Provedora do Utente, agradecemos a sua disponibilidade e atuação independente, de que naturalmente este Conselho de Administração beneficia.

Lisboa, 15 de junho de 2020

O Conselho de Administração

José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente)
João Paulo Quinzino Delgado (Vice-Presidente)
Álvaro José Bota Guia
Arsénio Marques Caetano
Filipe Manuel Santos Dias Marques
Jerónimo Gomes Viana
José Luis Marques Cabrita

O Comité de Gestão

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá – Diretora Geral
Joaquim Manuel Simplicio Anacleto – Diretor Geral Adjunto
Sara Maria Paeta da Costa Domingues – Diretora Financeira e de Resseguro

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(montantes expressos em Euros)

Demonstração da posição financeira consolidada	Notas	31-dez-2019			31-dez-2018
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4	1 127 624	-	1 127 624	2 339 540
Ativos financeiros disponíveis para a venda	5	26 509 606	-	26 509 606	21 841 669
Empréstimos e contas a receber					
Outros depósitos	6	1 700 171	-	1 700 171	1 500 111
Empréstimos concedidos	6	149 000	-	149 000	152 687
Terrenos e edifícios					
Terrenos e edifícios de uso próprio	7	4 155 433	102 310	4 053 124	3 750 303
Terrenos e edifícios de rendimento	8	4 781 260	-	4 781 260	4 764 260
Outros ativos tangíveis	9	1 254 188	1 117 103	137 085	179 202
Provisões técnicas de resseguro cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	10	661 931	-	661 931	621 715
Provisão para sinistros	10	2 643 643	-	2 643 643	2 064 533
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	11	653 452	-	653 452	1 230 503
Outros devedores por operações de seguros e outras operações					
Contas a receber por outras operações de seguro directo	12	1 681 206	1 074 794	606 412	727 727
Contas a receber por outras operações de resseguro	12	291 861	-	291 861	24 308
Contas a receber por outras operações	12	1 272 592	27 927	1 244 665	743 114
Ativos por impostos					
Ativo por impostos correntes	13	89 498	-	89 498	140 842
Ativo por impostos diferidos	13	187 549	-	187 549	262 418
Acréscimos e diferimentos	14	99 000	-	99 000	62 400
Total do ativo		47 258 014	2 322 133	44 935 881	40 405 332

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado
António dos Santos Monteiro

O Conselho de Administração
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Marques Cabrita

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(montantes expressos em Euros)

<i>Demonstração da posição financeira consolidada</i>	<i>Notas</i>	<i>31-dez-2019</i>	<i>31-dez-2018</i>
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas	16		
Provisão para prémios não adquiridos	16	1 127 442	1 055 527
Provisão para sinistros	16		
Do ramo acidentes de trabalho	16	14 278 613	13 624 011
De outros ramos	16	4 003 141	3 500 502
Provisão para desvios de sinistralidade	16	73 500	68 500
Provisão para riscos em curso	16	406 850	446 820
Outros passivos financeiros	17	3 451 884	2 808 956
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	11	576 213	1 220 326
Outros credores por operações de seguros e outras operações			
Contas a pagar por operações de seguro directo	18	3 451 884	3 182 141
Contas a pagar por operações de resseguro	18	4 053	154 627
Contas a pagar por outras operações	18	479 032	414 304
Passivos por impostos			
Passivos por impostos correntes	13	1 316 678	1 139 779
Passivos por impostos diferidos	13	1 097 880	677 237
Acréscimos e diferimentos	19	461 934	442 506
Total do passivo		30 729 103	28 735 237
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	20	6 130 846	5 096 901
Reservas de reavaliação	21		
Por ajustamento de ativos financeiros disponíveis para venda		2 645 237	842 577
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		1 351 190	1 222 680
Reserva por impostos diferidos	13	(935 933)	(526 985)
Outras reservas	21	3 152 723	2 243 856
Resultados transitados		884 671	1 738 517
Resultados do exercício		981 866	1 055 458
Interesses Minoritários		(3 823)	(2 910)
Total do Capital Próprio		14 206 778	11 670 095
Total do Passivo e do Capital Próprio		44 935 881	40 405 332

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

CONTA DE GANHOS E PERDAS EM 31 DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(montantes expressos em Euros)

Ganhos e Perdas	Notas	31-dez-2019			31-dez-2018
		Ramos não Vida	Não técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		7 191 176	-	7 191 176	5 854 343
Prémios brutos emitidos	22	10 664 875	-	10 664 875	9 104 980
Prémios de resseguro cedido	22	3 440 551	-	3 440 551	3 149 226
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	16	73 363	-	73 363	140 925
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	11	40 216	-	40 216	39 515
Custos com sinistros líquidos de resseguro		5 769 848	-	5 769 848	4 791 519
Montantes pagos		5 203 130	-	5 203 130	4 320 853
Montantes brutos	16	6 792 952	-	6 792 952	5 973 298
Parte dos resseguradores	11	1 589 822	-	1 589 822	1 652 445
Provisão para sinistros (variação)		566 718	-	566 718	470 665
Montante bruto	16	1 166 254	-	1 166 254	434 638
Parte dos resseguradores	11	599 536	-	599 536	(36 028)
Outras provisões técnicas liquidadas de resseguro	16	(34 970)	-	(34 970)	174 345
Custos de exploração líquidos de resseguro		1 027 539	-	1 027 539	1 104 691
Custos de aquisição	23	972 546	-	972 546	910 214
Custos de aquisição diferidos (variação)	16	(1 449)	-	(1 449)	(10 117)
Custos administrativos	23	889 540	-	889 540	989 613
Comissões e participação nos resultados de resseguro	24	833 097	-	833 097	785 020
Rédito	25		1 985 425	1 985 425	1 749 183
Rendimentos financeiros		790 614	37 520	828 134	798 955
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	26	561 632	475	562 107	541 850
Outros	26	228 981	37 045	266 026	257 105
Gastos financeiros		311 273	10 967	322 239	319 931
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	23/27	65 409	-	65 409	71 464
Outros	23	245 863	10 967	256 830	248 468
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		113 000	-	113 000	604 426
De ativos financeiros disponíveis para venda	28	88 000	-	88 000	184 731
Outros	28	25 000	-	25 000	419 695
Perdas por imparidade (líquidas de reversão)		6 693	-	6 693	33 075
De ativos financeiros disponíveis	29	6 693	-	6 693	33 075
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		(8 487)	-	(8 487)	17 463
Outras provisões (variação)		-	62 534	62 534	116 276
Outros rendimentos/gastos	30	-	(1 593 027)	(1 593 027)	(1 164 903)
Resultado antes de imposto		1 005 920	356 417	1 362 337	1 319 631
Impostos sobre o rendimento corrente	14	-	307 459	307 459	186 632
Impostos sobre o rendimento diferido	14	-	73 012	73 012	77 540
Resultado líquido do exercício antes de interesses minoritários		1 005 920	(24 054)	981 866	1 055 459
Interesses minoritários		-	913	913	230
Resultado líquido do exercício após interesses minoritários		1 005 920	(24 966)	980 953	1 055 229

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO EM 31 DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(montantes expressos em Euros)

	Capital social	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total
Balanzo a 1 de janeiro de 2018	5 045 058	2 133 370	(416 277)	1 346 255	1 329 051	1 293 962	10 731 419	-	10 731 419
Aplicação do resultado do exercício anterior	25 094	-	-	698 458	570 410	(1 293 962)	-	-	-
Aumento/(redução de capital social)	26 749	-	-	-	-	-	26 749	-	26 749
Variação de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(447 109)	-	-	-	-	(447 109)	-	(447 109)
Variação de justo valor de imóveis de uso próprio	-	286 461	-	-	-	-	286 461	-	286 461
Variação de reserva por impostos diferidos	-	-	(110 708)	-	-	-	(110 708)	-	(110 708)
Ajustamento em ativos financeiros	-	-	-	196 524	(196 054)	-	470	-	470
Outras variações	-	92 535	-	-	35 110	-	127 645	-	127 645
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1 055 459	1 055 459	2 910	1 052 549
Balanzo a 31 de dezembro de 2018	5 096 901	2 065 257	(526 985)	2 241 237	1 738 517	1 055 459	11 670 386	2 910	11 667 476
Aplicação do resultado do exercício anterior	5 476	-	-	453 224	596 759	(1 055 459)	-	-	-
Pagamento a cooperadores	-	-	-	-	(331)	-	(331)	-	(331)
Aumento/(redução de capital social)	1 028 469	-	-	-	(1 000 000)	-	28 469	-	28 469
Variação de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	1 844 503	-	-	-	-	1 844 503	-	1 844 503
Variação de justo valor de imóveis de uso próprio	-	86 666	-	-	-	-	86 666	-	86 666
Variação de reserva por impostos diferidos	-	-	(408 948)	-	-	-	(408 948)	-	(408 948)
Ajustamento em ativos financeiros	-	-	-	402 445	(450 274)	-	(47 829)	-	(47 829)
Outras variações	-	-	-	55 818	-	-	55 818	-	55 818
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	981 866	981 866	913	980 953
Balanzo a 31 de dezembro de 2019	6 130 846	3 996 426	(935 933)	3 152 723	884 671	981 866	14 210 601	3 823	14 206 778

O Contabilista Certificado
António dos Santos Monteiro

O Conselho de Administração

José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Marques Cabrita

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(montantes expressos em Euros)

Rendimento Integral	31-dez-2019	31-dez-2018
Resultado líquido do exercício	980 953	1 055 229
Resultado não reconhecidos nos resultados		
Varição em valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda		
Varição de justo valor	1 844 503	(447 109)
Varição em valias potenciais de imóveis de uso próprio		
Varição de justo valor	86 666	378 996
Benefícios pós-emprego	-	(6 030)
Impostos	(408 948)	(110 708)
Total do rendimento integral não reconhecido	1 522 222	(184 850)
Total do rendimento integral, líquido de impostos	2 503 175	870 379

O Contabilista Certificado
António dos Santos Monteiro

O Conselho de Administração
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia,
Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Marques Cabrita

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO A 31 DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(montantes expressos em Euros)

Mapa de Fluxo de Caixa	31-dez-2019	31-dez-2018
Fluxo de caixa das actividades operacionais		
Operações de seguros	1 529 377	(605 633)
Recebimento de prémios de seguro directo	11 603 155	8 228 067
Pagamento de sinistros	(5 989 076)	(5 306 891)
Pagamento a fornecedores	(1 184 977)	(819 839)
Pagamentos a colaboradores	(2 899 725)	(2 706 969)
Aumentos/(diminuições) nos ativos operacionais	1 479 880	3 830 684
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	(117 040)	(296 386)
Devedores por outras operações	1 595 708	2 019 641
Outros ativos	1 212	2 107 430
Aumentos/(diminuições) nos passivos operacionais	(1 529 360)	(1 249 890)
Depósitos recebidos de resseguradores	(642 928)	(7 312)
Outros passivos	(156 708)	(615 411)
Pagamento de impostos	(729 724)	(627 168)
Investimentos financeiros		
Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e contas a receber	(6 862 895)	(5 131 438)
Aquisições de imóveis de uso próprio	(240 821)	-
Alienações/reembolsos de ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e contas a receber	3 800 305	3 925 864
Recebimento de rendimentos de instrumentos financeiros	542 552	595 265
Recebimento de rendimentos de imóveis de rendimento	199 957	159 542
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais	(1 081 004)	1 524 395
Fluxo de caixa das actividades de investimento		
Aquisição de ativos financeiros a deter até à maturidade		
Aquisição de ativos tangíveis (Líquidos)	(130 912)	(130 912)
Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento	(130 912)	(130 912)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento		
Outros	-	(856)
Caixa líquida gerada pelas actividades de financiamento	-	(856)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	(1 211 916)	1 392 627
Caixa e equivalentes a 1 de janeiro	2 339 540	946 913
Caixa e equivalentes de caixa a 31 de dezembro	1 127 624	2 339 540

O Contabilista Certificado
António dos Santos Monteiro

O Conselho de Administração
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Marques Cabrita

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. Introdução

O Grupo Mútua dos Pescadores, Mútua de Seguros, C.R.L., (doravante designada por Grupo ou Mútua) é constituído pela empresa-mãe Mútua dos Pescadores, Mútua de Seguros, C.R.L. e a sua subsidiária, Ponto Seguro – Mediação de Seguros, Lda.

A Mútua dedica-se ao exercício da atividade de seguros não – vida, nos ramos: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Embarcações marítimas, lacustres e fluviais (designado por “Marítimo”), Incêndio e Outros Danos em Coisas (também designado por Multiriscos).

Por último o Grupo opera também na área da mediação de seguros.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem o resultado das suas operações para o exercício findo a 31 de dezembro de 2019.

2. Bases de preparação e políticas contabilísticas significativas

2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas, que se reportam ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador (PCES) estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), aprovado pela Norma N.º 3/2018-R, de 29 de março, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o artigo 3º, do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas estão elaboradas em respeito aos pressupostos do regime do acréscimo, da consistência da apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade com vista à apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada do património, da situação financeira e dos resultados da empresa de seguros, e estão expressas em euros, arredondadas ao euro mais próximo.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de junho de 2020, e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Cooperadores em 29 de junho de 2020.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Mútua é o Euro. Os montantes apresentados nas presentes demonstrações financeiras consolidadas foram arredondados para a unidade do Euro mais próxima.

2.4 Políticas contabilísticas significativas

2.4.1 Princípio de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados das subsidiárias no Grupo bem como a participação do Grupo nas associadas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

2.4.2 Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em que o Grupo detenha, direta ou indiretamente mais de metade dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas, ou detenha o poder de determinar as suas políticas operacionais e financeiras (definição de controlo adotado pelo Grupo), foram incluídas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral. A empresa consolidada através do método de consolidação integral é a Ponto Seguro.

O capital próprio e o resultado líquido correspondente à participação de terceiros em empresas subsidiárias são apresentados separadamente no balanço e demonstração dos resultados consolidados, respetivamente, na rubrica de interesses minoritários. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses minoritários são imputados aos mesmos.

Os ativos e passivos de cada empresa do Grupo são identificados ao seu justo valor, na data de aquisição, o qual pode ser ajustado, tal como previsto na IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais, durante um período de 12 meses após aquela data.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos é reconhecido como goodwill. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos seja negativo, o mesmo é reconhecido como "goodwill" negativo, sendo reconhecido como um rendimento do exercício.

Os interesses minoritários incluem a proporção de terceiros no justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição das subsidiárias.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas desde a sua data de aquisição até à data da alienação.

Sempre que seja necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras consolidadas das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às utilizadas pelo Grupo. As transações, incluindo as eventuais mais e menos-valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo, saldos, dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados durante o processo de consolidação.

2.4.3 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em ganhos e perdas. Os ativos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para Euros à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

2.4.4 Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial

i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Grupo o adquiriu. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em ganhos e perdas.

iii) Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transação diferir do justo valor de uma transação observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o Grupo reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transação e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração de ganhos e perdas. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transação e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de ganhos e perdas quando os 'inputs' se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

b) Classificação

A classificação dos ativos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objetivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias aplicáveis ao Grupo. O Grupo classifica os seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias: ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros detidos até à maturidade e empréstimos e contas a receber.

i) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e, por conseguinte, mensurados ao custo.

Um ganho ou perda resultante de um ativo financeiro disponível para venda é reconhecido diretamente no capital próprio até que o ativo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido na demonstração de ganhos e perdas. As perdas por imparidade reconhecidas nos lucros ou prejuízos para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não são revertidas através da demonstração de ganhos e perdas.

ii) Ativos financeiros detidos até à maturidade

Ativos financeiros detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial, os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, e são deduzidos de perdas de imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva. A amortização é reconhecida em "rendimentos financeiros" na demonstração de ganhos e perdas. Se o Grupo vender ou reclassificar uma parte maior que insignificante de um investimento detido até à maturidade antes da sua maturidade (que não em circunstâncias específicas), toda a categoria é reclassificada para disponíveis para venda. Quando tais circunstâncias se verificarem, o Grupo não deverá classificar investimentos detidos até à maturidade durante os dois anos seguintes.

À data de balanço o Grupo não procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo financeiro nesta categoria.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e valores a receber, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

Após a mensuração inicial, os empréstimos e contas a receber são mensurados pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efetiva, deduzido de perdas por imparidade acumuladas. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva. As perdas decorrentes de imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

O Grupo classifica os seus passivos financeiros de acordo com as seguintes categorias: Empréstimos e contas a pagar e passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas.

iv) Ativos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas

Os ativos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas incluem os passivos financeiros detidos para negociação e os passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas. Estes ativos financeiros são detidos para negociação são adquiridos com o objetivo de alienação num futuro próximo. Esta categoria também inclui os instrumentos financeiros derivados que não estejam designados como instrumentos de cobertura pela NIC 39. Derivados embutidos estão também classificados na categoria de detidos para negociação caso não estejam designados como instrumentos de cobertura.

Os ativos financeiros classificados ao justo valor por via de ganhos e perdas são registados na data de reconhecimento inicial, ao justo valor. Os ganhos e perdas de detidos para negociação são reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

À data de balanço o Grupo não procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo financeiro nesta categoria.

v) Passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas

Os passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas incluem os passivos financeiros detidos para negociação e os passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas. Os passivos financeiros detidos para negociação são adquiridos com o objetivo de alienação num futuro próximo. Esta categoria também inclui os instrumentos financeiros derivados que não estejam designados como instrumentos de cobertura pela NIC 39. Derivados embutidos estão também classificados na categoria de detidos para negociação caso não estejam designados como instrumentos de cobertura.

Os ganhos e perdas de detidos para negociação são reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

Os passivos financeiros classificados ao justo valor por via de ganhos e perdas são registados na data de reconhecimento inicial, apenas se o critério da NIC 39 for cumprido.

À data de balanço o Grupo não procedeu ao reconhecimento de qualquer passivo financeiro nesta categoria.

vi) Empréstimos e contas a pagar

Os passivos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os passivos são desconhecidos bem como ao longo do processo de amortização com base na taxa de juro efetiva.

O custo amortizado é calculado de acordo com o desconto ou prémio de aquisição e as comissões ou gastos que

fazem parte do método de taxa de juro efetivo. O juro efetivo está incluído como um gasto financeiro na demonstração de ganhos e perdas.

c) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A anulação do reconhecimento dos ativos financeiros é efetuada quando expirar o direito contratual a receber fluxos de caixa e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Quando o Grupo procede à transferência dos seus direitos em receber dinheiro de um ativo, ou celebrou um acordo de cedência de crédito, avalia se e em que extensão ficou com algum risco e benefício associado à sua retenção. Quando não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo, o ativo é reconhecido na extensão em que o Grupo continue envolvido com o ativo. Neste caso, o Grupo também reconhecerá um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflita os direitos e benefícios associados à detenção do Grupo.

A anulação dos passivos financeiros é efetuada quando a obrigação sob a responsabilidade financeira deixar de existir ou um passivo financeiro for substituído, para o mesmo detentor, por outro com condições substancialmente diferentes, sendo que, tal alteração ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo inicial e o reconhecimento de outro passivo, sendo a diferença no correspondente valor contabilístico reconhecida na demonstração de ganhos e perdas.

d) Transferências entre categorias de ativos financeiros

É permitida a reclassificação de ativos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas para ativos financeiros detidos até à maturidade, disponíveis para venda ou empréstimos e contas a receber, desde que obedeça às características de cada categoria, como segue: Se um ativo financeiro, à data da reclassificação apresentar características de instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou quando se verificar que algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, sendo considerado uma rara circunstância. Existe também a possibilidade de transferência entre ativos financeiros disponíveis para venda para empréstimos e contas a receber e ativos financeiros detidos até à maturidade.

À data de balanço, não foram efetuadas transferências entre ativos financeiros.

e) Determinação do custo amortizado

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro efetivo de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor na maturidade, menos qualquer redução de imparidade.

f) Determinação do justo valor de instrumentos financeiros e não financeiros

O Grupo mensura os seus instrumentos financeiros tais como os ativos financeiros disponíveis para venda, imóveis de uso próprio e de rendimento ao justo valor.

Quando o justo valor de ativos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras consolidadas não pode ser calculado com base em cotações de mercados ativos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso do método dos cash flows descontados.

O justo valor de um ativo não financeiro é determinado tendo em consideração a capacidade de um participante de mercado em gerar benefícios económicos através da utilização ou alienação de um ativo a um outro participante no mercado que utilizaria esse mesmo ativo, através do seu melhor uso.

Os dados de base a estes modelos são calculados com base na informação disponível de mercado, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor.

As alterações nos pressupostos acerca destes fatores podem afetar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas.

- Nível 1 - Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado ativo para um instrumento idêntico;
- Nível 2 - Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer diretamente (ou seja, como preços), ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados como utilização de preços em mercados cotados em mercados ativos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos ativos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os insumos sejam diretamente ou indiretamente observáveis a partir de dados de mercado; e
- Nível 3 - Técnicas de valorização utilizando inputs não observáveis no mercado. Esta categoria inclui os instrumentos financeiros em que a técnica de avaliação inclui inputs não baseados em dados não observáveis e os inputs não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui os instrumentos que são avaliados com base em cotações de rendimentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não-observáveis significativos ou de pressupostos para refletir as diferenças entre os instrumentos. O justo valor dos ativos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados ativos são baseados em preços de mercados cotados ou cotações de preços de revendedor. Para todos os instrumentos financeiros, o Grupo determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

Os instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

g) Imparidade de ativos financeiros

- O Grupo avalia, a cada data de balanço se há qualquer prova objetiva de que um ativo financeiro ou uma carteira de ativos financeiros esteja em imparidade.
- De acordo com a NIC 39 – Instrumentos financeiros: mensuração subsequente, os seguintes eventos são consideradas como constituindo indícios de imparidade:
 - Dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor;
 - Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
 - Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou emissor de dívida;
 - Probabilidade de o devedor entrar em situação de falência ou em dificuldades financeiras;
 - Desaparecimento de um mercado ativo para determinado ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor; e
 - Alterações adversas nas condições do setor.

i) Ativos financeiros ao custo amortizado

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante em exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogêneos não sejam individualmente relevantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados numa base individual, as eventuais perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros, descontado com base na taxa de juro efetiva.

Os ativos que não são objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogêneos com características de riscos similares.

Os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, sendo deduzido na posição financeira ao valor do ativo a que respeita.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda, quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento por parte do órgão de gestão. No julgamento efetuado, o Grupo avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Os critérios para a determinação de imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda apresentam-se como segue:

Instrumentos de capital

- Decréscimos significativos na cotação (superior ou igual a 35%) ou prolongados no tempo (decrécimo sucessivo por um período igual ou superior a 1 ano).

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais após o reconhecimento das perdas por imparidade são reconhecidas em “Reservas de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, é considerada existir imparidade, sendo refletida na demonstração de ganhos e perdas.

Instrumentos de dívida

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como pagamento de juros ou capital;
- Reestruturações de operações;
- Probabilidade do devedor em entrar em falência ou dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo; e
- Alterações adversas do setor.

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida podem ser revertidas na demonstração de ganhos e perdas num período subsequente o justo valor desse ativo aumentar, estando este aumento objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento das perdas por imparidade.

Instrumentos financeiros mensurados ao custo

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados, e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efetua análises periódicas de imparidade. Nesse sentido, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado.

O montante de perdas por imparidade determinado é reconhecido na demonstração de ganhos e perdas. As perdas por imparidade não poderão ser revertidas em qualquer circunstância.

2.4.5 Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio correspondem aos imóveis detidos pelo Grupo para sua utilização e/ou arrendamento.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são registados inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de aquisição diretamente relacionados. Subsequentemente, os terrenos e edifícios de rendimentos são mensurados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica "Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio". As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de depreciação.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.4.6 Terrenos e edifícios de rendimento

Os terrenos e edifícios de rendimento correspondem aos imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os terrenos e edifícios de rendimento são registados inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de aquisição diretamente relacionados. Subsequentemente, os terrenos e edifícios de rendimentos são mensurados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, não sendo depreciados.

As variações no justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento são reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas, na rubrica de "Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 3 anos.

2.4.7 Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Grupo no decurso da sua atividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos ativos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

Um item do ativo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente

da anulação do reconhecimento do ativo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do ativo) é reconhecido em ganhos e perdas no período da sua anulação do reconhecimento.

O Grupo efetua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos ativos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas.

2.4.8 Imparidade de ativos não financeiros

O Grupo avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado ativo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um ativo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, o Grupo estima a respetiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o ativo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de relato, o Grupo reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo e são revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas, apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

Para os investimentos em instrumentos de capital próprio não cotados, o justo valor deverá ser determinado recorrendo a modelos de avaliação a partir de dados observáveis no mercado, caso contrário, deve permanecer ao custo.

2.4.9 Locações

Grupo como locadora

As locações que não transferem substancialmente os riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são classificados como locações operacionais. As rendas periódicas são reconhecidas como rendimento na demonstração de ganhos e perdas, nos períodos a que respeitam.

As locações financeiras transferem substancialmente os riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo. As rendas periódicas são constituídas pelo rendimento financeiro, sendo reconhecido na demonstração de ganhos e perdas, e pela amortização financeira de capital que é deduzida ao ativo ao longo do período da locação.

2.4.10 Impostos sobre rendimentos

Impostos correntes

O imposto corrente, ativo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular aquele montante é a que se encontra em vigor à data de relato.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício económico, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos na demonstração de ganhos e perdas, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

2.4.11 Provisões e passivos contingentes

Procede-se ao reconhecimento de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, podendo ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, e a responsabilidade seja possível, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.4.12 Benefícios dos empregados

Responsabilidades com pensões

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma "NIC 19 – Benefícios dos Empregados".

A Mútua dos Pescadores celebrou um Acordo de Empresa (AE) com o Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e afins (SINAPSA) publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 18, de 15 de maio de 2018 (AE de 2018); O referido AE de 2018 substituiu todos os outros anteriores instrumentos de regulamentação coletiva que vigoraram na Mútua até à data da sua publicação.

Para a efetivação do estabelecido na Cláusula 50.ª e seguintes do AE de 2018, já em vigor, foi alterado o contrato de adesão Coletiva n.º 50 ao Fundo de Pensões Aberto Horizonte Valorização que visou nomeadamente:

- A Introdução do Plano de Contribuição Definida – Plano Individual de Reforma (PIR) para todos os trabalhadores atuais e futuros;
- A transferência do valor integralmente financiado a título de responsabilidades por serviços passados, com referência a 31 de Dezembro do ano anterior àquele em que tenha sido concedida a autorização da Autoridade de Supervisão e Fundos de Pensões (ASF), para o saldo inicial do PIR;
- E relativamente aos Beneficiários do regime complementar de reforma por velhice ou invalidez previsto no CTT para a atividade seguradora, publicado pelo Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, a manutenção dos regimes que vigoravam à data em que se reformaram e que integraram o contrato agora celebrado.

Ao abrigo do disposto no n.º 10 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro a ASF autorizou, em 31 de dezembro de 2019, a alteração ao contrato acima referido, pelo que se procedeu em conformidade.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses), incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.4.13 Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

2.4.14 Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da demonstração de fluxos de caixa o Grupo considerou como caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses, a contar da data de relato, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

2.4.15 Resseguro

No decurso da sua atividade o Grupo cede risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua atividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

2.4.16 Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos ao Grupo, sendo mensurados pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva. Sempre que se registem indícios de que um ativo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em ganhos e perdas qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os ativos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

2.4.17 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Os ganhos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados quando for provável que os benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e esses benefícios possam ser fiavelmente mensurados, entendendo a entidade que tal sucede quando os prémios são pagos às Companhias.

2.4.18 Contratos de seguro

O Grupo emite contratos que incluem risco de seguro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico

que possa afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:

a) Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto, cosseguro, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no período a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Tal como referido para os ganhos decorrentes de contratos de seguro, as comissões de administração cobradas aos tomadores de seguro são reconhecidas como ganho quando incorridas, independentemente do momento do seu recebimento.

b) Reconhecimento de ganhos e perdas

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do período de doze meses findo à data do relato, mas com vigência após essa data. Esta provisão tem como objetivo imputar aos exercícios seguintes, relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, os ganhos e perdas correspondentes ao período de vigência do contrato, através da aplicação do método pro-rata temporis.

A provisão para prémios não adquiridos é reconhecida na demonstração da posição financeira, deduzida dos custos de aquisição diferidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro Não Vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem.

d) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Mútua suportará para regularizar todos os sinistros que tenham ocorrido até final do exercício, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros.

Os métodos de cálculo das provisões para sinistros são variáveis consoante os ramos e dentro destes consoante o tipo de sinistros em questão:

Em Acidentes de Trabalho, manteve-se em 2019, o método de cálculo da Provisão para Outras Prestações e Custos relativamente aos anos anteriores.

As provisões iniciais são calculadas com base no "Custo médio da lesão" sendo atempadamente ajustadas face a uma apreciação casuística do processo.

Nos casos mais graves é feito de imediato uma avaliação individual.

As Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho são calculadas de acordo com o disposto na Norma Regulamentar nº. 10/2016-R de 15 de setembro, considerando-se nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis a Tabela de Mortalidade TD 88/90 e a taxa de juro técnica de 5,25% (Portaria 11/2000 de 13 de janeiro) e nas restantes pensões, resultantes de sinistros ocorridos até 01.01.2016, exclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 4% e encargos de gestão de 1%. Para as pensões resultantes de sinistros ocorridos a partir de 01.01.2016, não remíveis, e até 31.12.2019, inclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 3% e encargos de gestão de 1%.

A 31.12.2019 para os sinistros de AT pensões ocorridos a partir de 01.01.2016, não remíveis, foi efetuado um ajuste

manual para alterar a taxa técnica de 3% para 2% e encargos de gestão de 1% para 2% e incluído na provisão Matemática.

Na Provisão para Sinistros não Declarados manteve-se o método seguido nos anos anteriores com a inclusão dos custos de gestão imputados e uma Provisão IBNR – pensões, em AT, que corresponde a uma provisão para presumíveis incapacidades permanentes de processos de sinistro ocorridos mas ainda não declarados que se encontra incluída na Provisão Matemática – Presumíveis.

Relativamente à Provisão respeitante aos encargos com Assistência Vitalícia seguimos critérios objetivos para a sua identificação e o seu cálculo, tendo por base uma estimativa de custos anuais com responsabilidades vitalícias e a idade do pensionista, corresponde ao valor atual da responsabilidade utilizando a Tábua de Mortalidade TV 73-77, as taxas de juro e encargos de gestão utilizados no cálculo das Provisões Matemáticas das pensões “não remíveis” com uma taxa de inflação de 1.7%.

Na provisão constituída para fazer face ao risco de revisão de processos de pensão de acidentes de trabalho, foi considerado, para os processos de pensão com risco de revisão a 31 de dezembro de 2019 um acréscimo de 4% na pensão anual. Para os Sinistros de Acidentes Pessoais a provisão é definida à data do sinistro, caso a caso, e é geralmente igual ao capital seguro.

Para os sinistros de Marítimo a provisão é calculada com base no custo estimado das avarias reclamadas e/ou de peritagem. Nos sinistros respeitantes a Incêndio e Multiriscos é também utilizada a peritagem.

Na Provisão para Sinistros estão incluídos os custos estimados de gestão de sinistros correspondentes a sinistros a regularizar bem como os custos estimados dos sinistros ocorridos mas ainda não participados a 31 de dezembro. Em Acidentes de Trabalho é ainda incluída uma provisão para presumíveis incapacidades permanentes de processos de sinistro ocorridos mas ainda não declarados e uma provisão para fazer face ao risco de Assistência Vitalícia por identificar e à evolução dos encargos já identificados.

e) Provisão para sinistros incorridos mas não reportados (IBNR)

O método de cálculo para a provisão de sinistros não declarados tem por base o nº de sinistros e a média de custos por sinistros.

Determinação de quantidade de sinistros abertos após o ano de ocorrência – construção de uma matriz de run-off ano de ocorrência versus ano de abertura aplicando o método de Link-ratios average;

Determinação do custo médio dos sinistros – valor encontrado a partir do L-Ultimate obtido na triangularização da provisão para sinistros (montantes pagos) dividido pelo nº último de sinistros.

A estimativa do montante necessário de provisão é encontrada pela multiplicação dos fatores atrás indicados.

f) Provisões técnicas para o resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descritos acima. A quota-parte do resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

g) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro direto, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, e da rendibilidade dos investimentos, de acordo com o definido pela ASF. Esta provisão é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, deduzida do rácio de rendibilidade dos investimentos seja superior a 1, sendo o cálculo efetuado por ramos.

h) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pelo Grupo, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pelo Grupo.

2.5 Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

Os julgamentos efetuados pelo Conselho de Administração são revistos periodicamente. Qualquer alteração às estimativas que resulte da obtenção de melhor informação é reconhecida nesse período e nos períodos seguintes.

Estimativas e pressupostos

As principais estimativas contabilísticas e pressupostos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas como segue:

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com os pressupostos da nota 2.4.2, alínea g). Desta forma, a determinação da imparidade resulta da avaliação específica efetuada pelo Grupo efetuada aos emitentes dos instrumentos financeiros.

Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro

Existem algumas fontes de incerteza que o Grupo necessita de considerar na determinação da estimativa das responsabilidades totais por pagar com sinistros.

As fontes de incerteza decorrentes de contratos de seguro podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- (i) Incerteza quanto à possibilidade de ocorrência de um evento que dê origem a uma perda segurada;
- (ii) Incerteza quanto ao valor da perda reportada ao Grupo em resultado de um acontecimento seguro desfavorável;
- (iii) Incerteza quanto ao valor total da responsabilidade decorrente de sinistros participados ao Grupo;
- (iv) Incerteza quanto à exposição futura pelo Grupo a responsabilidades assumidas e ainda não reportadas.

O grau de incerteza será diferente entre os vários ramos de negócio, de acordo com as características dos riscos segurados. O custo de cada sinistro é determinado considerando o valor atual da perda esperada pelo tomador de seguro.

A constituição de responsabilidades por contractos de seguro é um processo de incerteza inerente à atividade do Grupo, como tal, o custo total de regularização de um sinistro poderá variar em relação à estimativa inicial do custo com o sinistro. O Grupo elabora estimativas e pressupostos que lhe permitam adequar as responsabilidades às possíveis perdas por contractos de seguro. As estimativas e os julgamentos realizados são sujeitos a revisões trimestrais, permitindo ajustar quaisquer factos novos identificados.

As estimativas iniciais são determinadas com base na melhor estimativa possível relativamente aos sinistros declarados e ao padrão de sinistralidade que se verifica no Grupo. O Grupo procede ainda à determinação de esti-

mativas para os sinistros ocorridos mas ainda não participados (IBNR) e a estimativas para sinistros ocorridos mas não reportados adequadamente (IBNER).

Provisões

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em que o Grupo é parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda do Conselho de Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objeto de revisão periódica.

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Grupo sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é suscetível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Os ativos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportados, são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo por impostos diferidos seja recuperado. O reconhecimento de impostos diferidos ativos exige que o Conselho de Administração efetue julgamentos de modo a poder determinar a probabilidade e o valor dos lucros futuros que permita o reconhecimento dos ativos por impostos diferidos.

2.6 Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Impacto da adoção das alterações às normas que se tornam efetivas a 1 de janeiro de 2019:

IFRS 16 - Locações

Esta norma vem substituir a IAS 17– Locações, apresentando um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. Não se verificaram impactos com a adoção da norma, visto a Mútua não apresentar contratos de locação como locatário.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros (alteração) - Elementos de pré-pagamento com compensação negativa

Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados. A presente alteração não teve impacto na Mútua visto a cooperativa não apresentar instrumentos financeiros com estas características.

IAS 28 (alteração) - Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos

Esta alteração vem clarificar que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9 – Instrumentos financeiros. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao

investimento global numa associada ou empreendimentos conjuntos, quando existam indicadores de imparidade. A norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IAS 19 (alteração) - Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos

Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade:

- (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e
- (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do “asset ceiling”. O impacto no “asset ceiling” é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício.

IFRIC 23 (nova) - Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento

Respeita a uma interpretação à IAS 12 – Imposto sobre o rendimento, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

Melhorias às normas 2015 – 2017

Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, que a União Europeia já endossou:

IAS 1 e IAS 8 (alteração)- Definição de material

Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material e clarifica que a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de “principais utilizadores das demonstrações financeiras”, sendo estes definidos como “atuais e futuros investidores, financiadores e credores” que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

Estrutura conceptual

Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, mas que a União Europeia ainda não endossou:

IFRS 3 (alteração) – Definição de negócio

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um “input” e um processo substancial que conjuntamente gerem “outputs”. Os “outputs” passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos “testes de concentração” para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros, IAS 39 – Instrumentos financeiros – mensuração e reconhecimento e IFRS 7 – Instrumentos financeiros – divulgações (alteração) - Reforma nas taxas de juro de referência

Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto IBOR reform do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do “benchmark” para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito “altamente provável”; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.

IFRS 17 – Contratos de seguro

Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

Alterações de políticas contabilísticas, estimativas ou erros

À parte dos impactos descritos no parágrafo do impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019, não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas.

Adicionalmente, não ocorreram alterações nas estimativas, e não foram identificados erros materiais que resultem na reexpressão das demonstrações financeiras.

3. Relato por segmentos

O Grupo encontra-se organizado por segmentos de negócio. A definição destes segmentos de negócios foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor no Grupo. O Grupo considera o segmento de negócio como o segmento principal, e efetua o seu relato da informação por ramos, como segue: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Incêndio e Outros Danos em Coisas e Marítimo.

As modalidades incluídas em cada segmento de negócio apresentam-se como segue:

Acidentes de Trabalho:

- Trabalhadores por Conta de Outrem
- Trabalhadores Independentes
- Subscritores da Caixa Geral de Aposentações
- Transferência de Pensões

Acidentes Pessoais:

- Individual/Grupo, Escolar, Formandos, Bombeiros, Autarcas;
- Lazer (onde se inclui o Desporto Amador), Viagem, Mergulho, Pesca Desportiva

Seguros Patrimoniais:

- Incêndio
- Multirriscos (Habitação, Condomínio, PME)
- Aquacultura

Marítimo:

- Cascos – Embarcações de Pesca
- Cascos - Embarcações de Marítimo/Turística e de barcos de recreio

Posição da demonstração financeira por segmentos

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019		
	Ramos Não Vida	Não afeto	Total
ATIVO			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	532 872	594 752	1 127 624
Ativos financeiros disponíveis para a venda	26 153 573	356 033	26 509 606
Empréstimos e contas a receber	1 150 171	699 000	1 849 171
Terrenos e edifícios	7 541 467	1 292 917	8 834 384
Outros ativos tangíveis	111 948	25 137	137 085
Provisões técnicas de resseguro cedido	3 305 574	-	3 305 574
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	653 452	653 452
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 007 475	135 463	2 142 938
Ativos por impostos	-	277 047	277 047
Acréscimos e diferimentos	-	99 000	99 000
Total ativo	40 803 081	4 132 800	44 935 881
PASSIVO			
Provisões técnicas	19 889 546	-	19 889 546
Outros passivos financeiros	3 451 884	-	3 451 884
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	576 213	-	576 213
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 706 503	228 466	3 934 969
Passivos por impostos	-	2 414 558	2 414 558
Acréscimos e diferimentos	-	461 934	461 934
Total do passivo	27 624 146	3 104 957	30 729 103

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Ramos Não Vida	Não afeto	Total
ATIVO			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 392 795	946 745	2 339 540
Ativos financeiros disponíveis para a venda	21 524 857	316 812	21 841 669
Empréstimos e contas a receber	1 500 111	152 687	1 652 798
Terrenos e edifícios	7 553 260	961 303	8 514 563
Outros ativos tangíveis	130 974	48 228	179 202
Provisões técnicas de resseguro cedido	2 686 248	-	2 686 248
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	1 230 503	1 230 503
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 365 914	129 235	1 495 149
Ativos por impostos	-	403 260	403 260
Acréscimos e diferimentos	-	62 400	62 400
Total ativo	36 154 160	4 251 173	40 405 332
PASSIVO			
Provisões técnicas	18 695 361	-	18 695 361
Outros passivos financeiros	2 808 956	-	2 808 956
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1 220 326	-	1 220 326
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 514 881	236 192	3 751 073
Passivos por impostos	-	1 817 016	1 817 016
Acréscimos e diferimentos	-	442 506	442 506
Total do passivo	26 239 524	2 495 713	28 735 237

Conta de Ganhos e Perdas por segmentos

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2019	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais	Incêndio e elementos da natureza	Multiriscos	Marítimo	Não afetos	Total
Ganhos e perdas							
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5 617 567	771 107	98	32 425	769 979	-	7 191 176
Rédito	-	-	-	-	-	1 985 425	1 985 425
Custos com sinistros líquidos de resseguro	4 584 997	428 543	(217)	85 249	671 276	-	5 769 848
Outras provisões técnicas líquidas de resseguro	-	(32 489)	3 386	(8 229)	72 302	-	34 970
Custos de exploração líquidos de resseguro	444 908	406 004	46	61 180	356 104	(240 703)	1 027 539
Resultado dos investimentos	487 944	17 906	(262)	5 804	80 948	26 554	618 895
Perdas por imparidade	-	-	-	-	6 693	-	6 693
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	1 262	386	-	-	(10 136)	-	(8 487)
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	(62 534)	(62 534)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	(1 593 027)	(1 593 027)
Total	1 076 868	(77 636)	3 392	(116 428)	(120 980)	597 120	1 362 337

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2018	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais	Incêndio e elementos da natureza	Multiriscos	Marítimo	Não afetos	Total
Ganhos e perdas							
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	4 464 334	703 832	95	31 752	654 330	-	5 854 343
Rédito	-	-	-	-	-	1 749 183	1 749 183
Custos com sinistros líquidos de resseguro	3 702 007	476 084	1 995	74 872	536 561	-	4 791 519
Outras provisões técnicas líquidas de resseguro	-	(74 503)	(3 386)	(23 124)	(73 332)	-	(174 345)
Custos de exploração líquidos de resseguro	342 822	357 964	22	63 352	340 531	-	1 104 691
Resultado dos investimentos	988 151	17 864	640	4 853	46 899	25 043	1 083 450
Perdas por imparidade	2 923	52	-	15	164	29 921	33 075
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	17 870	3	-	(1 370)	960	-	17 463
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	(116 276)	(116 276)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	(1 164 903)	(1 164 903)
Total	1 422 603	(186 904)	(4 668)	(126 128)	(248 399)	463 126	1 319 631

4. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Caixa	6 279	7 754
Depósitos à ordem	1 121 344	2 331 786
Total	1 127 624	2 339 540

5. Ativos financeiros disponíveis para a venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Instrumentos de dívida		
<i>De dívida pública</i>		
Emissores nacionais	5 383 240	4 824 050
Emissores estrangeiros	12 536 233	10 333 925
<i>De dívida privada</i>		
Emissores nacionais	1 332 895	1 190 059
Emissores estrangeiros	6 266 846	4 392 403
Sub-total	25 519 214	20 740 436
Instrumentos de capital		
Emissores nacionais	178 630	542 791
Emissores estrangeiros	260 555	386 731
Sub-total	439 185	929 522
Outros instrumentos		
Emissores nacionais	42 679	35 278
Emissores estrangeiros	508 528	136 432
Sub-total	551 207	171 710
Total geral	26 509 606	21 841 669

6. Empréstimos e contas a receber

A rubrica de empréstimos e contas a receber apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	1 700 171	1 500 111
Empréstimos concedidos		
Outros	149 000	152 687
Total	1 849 171	1 652 798

7. Terrenos e edifícios de uso próprio

À data de balanço, o movimento ocorrido em imóveis e edifícios de uso próprio foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	Total
A 1 de janeiro de 2018	
Valor bruto	3 539 002
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	61 520
	3 477 482
Adições	2 483
Alienações	-
Revalorização	286 461
Perdas por imparidade	-
Valor bruto	288 944
Depreciações do exercício	60 048
Revalorização	(43 925)
	16 123
A 31 de dezembro de 2018	
Valor bruto	3 827 946
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	77 643
Total	3 750 303
Adições	240 821
Alienações	-
Revalorização	86 666
Reversão de perdas por imparidade	-
Valor bruto	327 487
Depreciações do exercício	24 666
Revalorização	-
Alienações/abates	-
	24 666
A 31 de dezembro de 2019	
Valor bruto	4 155 433
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	102 310
Total	4 053 124

As avaliações dos terrenos e edifícios de uso próprio são obtidas através de um avaliador independente. O justo valor foi determinado de acordo com a abordagem do custo, ou seja, através da determinação do valor do edifício através da soma do terrenos e edifício, bem como todos os custos necessários à sua construção, de características semelhantes, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e semelhante vida útil remanescente, acrescido das margens de lucro requeridas.

À data de balanço, o valor dos terrenos e edifícios de uso próprio em função da data de avaliação apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
2018	2 051 124	-
2017	2 002 000	2 002 000
2016	-	1 748 303
Total	4 053 124	3 750 303

Não se verificaram transferências entre os níveis 1 ou 2 de justo valor para o nível 3 durante o exercício. O justo valor dos terrenos e edifícios de uso próprio encontra-se no nível 3. As divulgações de justo valor encontram-se na nota 32.

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Custo de aquisição	3 095 646	2 560 649
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade	436 699	419 096
Total	2 658 947	2 141 553

8. Terrenos e edifícios de rendimento

À data de balanço, o movimento ocorrido em imóveis e edifícios de rendimento foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	Total
A 1 de janeiro de 2018	4 396 300
Adições	-
Variações de justo valor	367 960
A 31 de dezembro de 2018	4 764 260
Adições	-
Variações de justo valor	17 000
A 31 de dezembro de 2019	4 781 260

As avaliações dos terrenos e edifícios de rendimento são obtidas através de um avaliador independente.

O justo valor foi determinado de acordo com a abordagem do rendimento, ou seja, através do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

Não se verificaram transferências entre os níveis 1 ou 2 de justo valor para o nível 3 durante o exercício. O justo valor dos terrenos e edifícios de uso próprio encontra-se no nível 3. As divulgações de justo valor encontram-se na nota 32. O Grupo celebrou contratos de locação operacional com todos os imóveis de rendimento.

Os rendimentos resultantes dos contratos ascenderem, em 31 de dezembro de 2019, a 205.772 euros (31 de dezembro de 2018, a 206.341 euros).

Os gastos de conservação e reparação nos imóveis ascenderam a 11.544 euros e 16.365 euros, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respetivamente.

Não existiram restrições na capacidade de realização de terrenos ou edifícios de rendimento ou do recebimento de pro-ventos de rendimento ou proventos de alienação, assim como obrigações contratuais para a aquisição, construção ou desenvolvimento de terrenos e edifícios.

9. Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido em outros ativos tangíveis foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-19				
	Saldo inicial 31-12-18	Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo final
Aquisição					
Equipamento administrativo	396 085	15 527	(82 612)	-	329 000
Máquinas e ferramentas	22 601	982	(10 646)	-	12 936
Equipamento informático	416 301	34 179	(63 749)	-	386 731
Instalações interiores	19 023	-	-	-	19 023
Material de transporte	448 892	-	(16 559)	(8 221)	424 112
Equipamento hospitalar	17 542	276	-	-	17 818
Outro equipamento	55 142	-	-	-	55 142
Património artístico	11 551	-	(2 125)	-	9 426
Total	1 387 136	50 965	(175 691)	(8 221)	1 254 188

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-19				
	Saldo inicial 31-12-18	Depreciações do exercício	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo final
Depreciações					
Equipamento administrativo	375 178	9 563	(82 612)	-	302 129
Máquinas e ferramentas	20 152	810	(10 646)	-	10 317
Equipamento informático	384 826	21 956	(63 749)	-	343 033
Instalações interiores	19 023	-	-	-	19 023
Material de transporte	354 898	47 545	(16 559)	(17 259)	368 626
Equipamento hospitalar	15 303	1 079	-	-	16 382
Outro equipamento	38 553	2 407	(6 386)	-	34 574
Património artístico	-	1 500	(2 125)	23 645	23 020
Total	1 207 934	84 861	(182 077)	6 386	1 117 103
Valor líquido	179 202				137 085

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-18				
	Saldo inicial 31-12-17	Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo final
Aquisição					
Equipamento administrativo	526 576	17 640	(148 131)	-	396 085
Máquinas e ferramentas	37 091	2 748	(17 239)	-	22 601
Equipamento informático	660 664	26 290	(270 653)	-	416 301
Instalações interiores	22 023	-	(3 000)	-	19 023
Material de transporte	447 167	79 407	(77 682)	-	448 892
Equipamento hospitalar	53 863	3 100	(39 421)	-	17 542
Outro equipamento	48 403	7 308	(569)	-	55 142
Património artístico	27 149	-	(15 598)	-	11 551
Total	1 822 936	136 493	(572 293)	-	1 387 136

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-18				
	Saldo inicial 31-12-17	Depreciações do exercício	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo final
Depreciações					
Equipamento administrativo	515 772	7 537	(148 131)	-	375 178
Máquinas e ferramentas	36 656	735	(17 239)	-	20 152
Equipamento informático	615 975	39 504	(270 653)	-	384 826
Instalações interiores	22 023	-	(3 000)	-	19 023
Material de transporte	382 086	41 551	(68 739)	-	354 898
Equipamento hospitalar	53 863	861	(39 421)	-	15 303
Outro equipamento	50 813	3 907	(16 167)	-	38 553
Património artístico	-	-	-	-	-
Total	1 677 188	94 095	(563 350)	-	1 207 934
Valor líquido	145 748				179 202

10. Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Provisão para prémios não adquiridos	661 931	621 715
Provisão para sinistros	2 643 643	2 064 533
Total	3 305 574	2 686 248

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Acidentes de trabalho	-	-
Acidentes pessoais	48 320	49 155
Incêndio	261	262
Multirriscos	106 099	105 174
Marítimo	507 252	467 124
Total	661 931	621 715

A variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Acidentes pessoais	49 155	(836)	48 319
Incêndio	262	(1)	261
Multirriscos	105 174	924	106 099
Marítimo	467 124	40 128	507 252
Total	621 715	40 216	661 931

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Acidentes pessoais	41 804	7 351	49 155
Incêndio	258	4	262
Multirriscos	105 232	(58)	105 174
Marítimo	434 906	32 218	467 124
Total	582 200	39 515	621 715

A provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Acidentes de trabalho	332 683	183 064
Acidentes pessoais	188 831	216 048
Incêndio	-	17 710
Multirriscos	41 204	46 453
Marítimo	2 080 924	1 601 257
Total	2 643 643	2 064 533

A variação da provisão para sinistros de resseguro cedido foi a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Acidentes de trabalho	183 064	206 984	57 365	332 683
Acidentes pessoais	216 048	31 893	59 111	188 831
Incêndio	17 710	(1 951)	15 758	-
Multirriscos	46 453	105 719	110 968	41 204
Marítimo	1 601 257	1 826 287	1 346 620	2 080 924
Total	2 064 533	2 168 932	1 589 822	2 643 643

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Acidentes de trabalho	274 048	108 943	199 927	183 064
Acidentes pessoais	263 284	(20 732)	26 504	216 048
Incêndio	-	17 957	247	17 710
Multirriscos	26 416	95 541	75 504	46 453
Marítimo	1 527 105	1 424 415	1 350 264	1 601 257
Total	2 090 853	1 626 125	1 652 445	2 064 533

11. Ativos e passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) do Sector Segurador, a Mútua aderiu a um Plano de Pensões, de Benefício Definido, gerido por Sociedade Gestora (Contrato de Adesão Coletiva n.º 50 ao Fundo de Pensões Aberto Horizonte Valorização).

Os Benefícios assegurados são o pagamento das pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos do contrato.

A população abrangida é o conjunto de trabalhadores com admissão na indústria anterior a 1995 e com direito a complemento de reforma por velhice ou invalidez nos termos do CCT à data.

No final de 2019 a ASF autorizou a alteração ao contrato constitutivo de forma a incorporar o Plano de Contribuição Definida – PIR, de acordo com o BTE n.º. 18 de 15.05.2018.

Na data de reporte 31.12.2019 os resultados da avaliação atuarial das responsabilidades estão em conformidade com o disposto na Norma Regulamentar n.º. 5/2007-R de 27 de Abril da ASF.

O cálculo das responsabilidades é efetuado por atuário independente em cada data de reporte, utilizando os métodos "Projected Unit Credit" para as Pensões de Velhice e "Prémios Únicos Sucessivos" para as Pensões de Invalidez. Os pressupostos são revistos e atualizados em cada data de relato com base nos dados de mercado disponíveis. O reconhecimento do valor é feito com base da IAS 19.

A responsabilidade passada com benefícios pós-emprego apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Responsabilidades passadas com benefícios pós emprego	31-dez-2019	31-dez-2018
Valor atual das responsabilidades por serviços passados	-	634 023
Valor atual das pensões em pagamento	576 213	586 302
Total	576 213	1 220 325

A variação do valor presente das responsabilidades apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Variação valor presente das responsabilidades	31-dez-2019	31-dez-2018
Valor das responsabilidades inicial	1 220 325	1 293 937
Benefícios pagos	(48 912)	(56 700)
Remissão de capital	-	(10 494)
Custo dos serviços correntes	-	28 525
Custo dos juros	9 805	22 641
Ganhos e perdas atuariais	29 019	(57 584)
Transferencia para PIR	(634 023)	-
Valor das responsabilidades final	576 213	1 220 325

A reconciliação do valor do fundo apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Reconciliação do valor presente	31-dez-2019	31-dez-2018
Valor do Fundo inicial	1 230 503	1 316 009
Contribuições do empregador	-	31 426
Benefícios pagos	(48 912)	(56 700)
Remissão em capital	-	(10 494)
Comissões de administrador do plano	(7 962)	(8 652)
Retorno real dos ativos	113 846	(41 086)
Transferencia para PIR	(634 023)	-
Valor do Fundo final	653 452	1 230 503

(montantes expressos em Euros)

Valor atuarial do Fundo reconhecido	31-dez-2019	31-dez-2018
Total das responsabilidades	(576 213)	(1 220 326)
Valor da quota-parte do fundo	653 452	1 230 503
Total do reconhecimento do Ativo/(Passivo)	77 239	10 177

A reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos e do justo valor dos ativos do plano com os passivos apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Reconciliação valor presente e do justo valor com os passivos	31-dez-2019	31-dez-2018
Ativo/(Passivo) inicial	10 178	22 071
(Ganhos) e perdas atuariais no ano nas responsabilidades	12 805	57 584
(Ganhos) e perdas atuariais no ano nos ativos	92 809	(63 614)
(Ganhos) e perdas atuariais por alterações de pressupostos financeiros	(41 824)	-
Custo do serviço corrente	-	(28 525)
Custo dos juros	(9 805)	(22 642)
Retorno esperado dos ativos	21 038	22 529
Comissões administrativas do plano	(7 962)	(8 652)
Contribuições para o Fundo	-	31 426
Ativo/(Passivo) final	77 239	10 177

O justo valor dos ativos do plano, bem como a respetiva quota-parte da Mútua, apresentam-se como segue:

31-dez-2019

(montantes expressos em Euros)

Classe de ativos	Fundo de Pensões Horizonte Valorização	%	Quota-parte Mútua (0,34%)	%
Ações	46 584 258	24,54%	160 370	0,08%
Obrigações taxa fixa	86 143 549	45,38%	296 556	0,16%
Obrigações taxa variável	30 818 304	16,24%	106 094	0,06%
Fundos Imobiliários	2 753 381	1,45%	9 479	0,00%
Hedge Funds	5 124 771	2,70%	17 642	0,01%
Liquidez	18 390 691	9,69%	63 311	0,03%
Total	189 814 954	100%	653 452	0,34%

31-dez-2018

(montantes expressos em Euros)

Classe de ativos	Fundo de Pensões Horizonte Valorização	%	Quota-parte Mútua (0,84%)	%
Ações	35 422 920	24,27%	298 651	0,20%
Obrigações taxa fixa	71 307 887	48,86%	601 195	0,41%
Obrigações taxa variável	20 812 636	14,26%	175 471	0,12%
Fundos Imobiliários	2 570 708	1,76%	21 674	0,01%
Hedge Funds	5 583 827	3,83%	47 077	0,03%
Liquidez	10 252 050	7,02%	86 435	0,06%
Total	145 950 028	100%	1 230 503	0,84%

Os pressupostos atuariais apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-19	31-dez-18
Taxa de crescimento salarial	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento do fundo	0,85%	0,85%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxa técnica (rendas vitalícias)	0,85%	0,85%
Tábua de mortalidade	TV88/90	TV88/90
Tábua de invalidez	SuisseRe	SuisseRe
N.º de pensões pagas anualmente	14	14
Idade da reforma	Estabelecida pela SS	Estabelecida pela SS

12. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

A rubrica de devedores por operações de seguros e outras operações apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Contas a receber por outras operações de seguro directo		
Tomadores	1 297 304	1 248 089
Mediadores	26 818	106 506
Co-seguradores	111 515	110 284
Reembolso de sinistros	245 569	285 109
Sub-total	1 681 206	1 749 987
Perdas por imparidade	(1 074 794)	(1 022 260)
Sub-total	606 412	727 727
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Resseguradores	291 861	24 308
Contas a receber por outras operações		
Subscritores de capital	6 696	6 853
Fornecedores	27 753	18 603
Pessoal	42 574	64 514
FAT	58 315	59 905
Outros	1 137 254	611 167
Sub-total	1 272 592	761 041
Perdas por imparidade	(27 927)	(17 927)
Sub-total	1 244 665	743 114
Total Geral	2 142 938	1 495 149

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	Recibos por cobrar	Outros devedores
Saldo em 1 de janeiro de 2018	897 778	26 132
Reforço	178 059	-
Reversão	(53 577)	(8 205)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1 022 260	17 927
Reforço	84 619	10 000
Reversão	(32 086)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1 074 794	27 927

13. Ativos e passivos por impostos

Os ativos e passivos por impostos apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Ativos por impostos correntes		
Pagamentos por conta de IRC	13 538	78 041
Outros	75 961	62 801
Sub-total	89 499	140 842
Ativos por impostos diferidos		
Perdas por imparidade	187 549	262 418
Total Geral	277 047	403 260

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Passivos por impostos correntes		
Imposto de selo	113 282	101 856
Taxa para o ANPC	3 355	3 278
Taxa para o INEM	28 133	23 525
Taxa para o FAT	819 592	759 350
Taxa para o ASF	13 170	11 082
Outros	339 145	240 688
Sub-total	1 316 678	1 139 779
Passivos por impostos diferidos		
Ativos financeiros disponíveis para venda	581 013	185 694
Imóveis de uso próprio	373 528	341 290
Imóveis de rendimento	143 339	150 252
Sub-total	1 097 880	677 236
Total Geral	2 414 558	1 817 015

A movimentação dos impostos diferidos durante o exercício foi a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	Variação em Ganhos e Perdas			Variação em Capital Próprio		31-dez-2019
	31-dez-2018	Gasto	Rendimento	Diminuição	(Aumento)	
Ativos por impostos diferidos						
Perdas por imparidade	262 418	(74 869)	-	-	-	187 549
Total AID	262 418	(74 869)	-	-	-	187 549
Passivos por impostos diferidos						
Ativos financeiros disponíveis para venda	185 694	-	-	395 319	-	581 013
Imóveis de uso próprio	341 290	-	(5 175)	37 413	-	373 528
Imóveis de rendimento	150 254	3 318	-	-	(10 233)	143 339
Total PID	677 238	3 318	(5 175)	432 732	(10 233)	1 097 880
Totais variações líquidas		(76 726)			422 499	

(montantes expressos em Euros)

	Variação em Ganhos e Perdas			Variação em Capital Próprio		31-dez-2018
	31-dez-2017	Gasto	Rendimento	Diminuição	(Aumento)	
Ativos por impostos diferidos						
Perdas por imparidade	282 922	(20 504)	-	-	-	262 418
Total AID	282 922	(20 504)	-	-	-	262 418
Passivos por impostos diferidos						
Ativos financeiros disponíveis para venda	288 201	-	-	-	(102 507)	185 694
Imóveis de uso próprio	274 138	-	-	67 152	-	341 290
Imóveis de rendimento	88 290	61 964	-	-	-	150 254
Total PID	650 629	61 964	-	67 152	(102 507)	677 238
Totais variações líquidas		41 460			(35 355)	

A conciliação da taxa efetiva de imposto apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019		31-dez-2018	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		1 362 337		1 319 631
Imposto corrente:	21,00%	286 091	21,00%	277 123
Correções fiscais:				
Encargos e rendimentos não tributados	1,57%	21 369	-0,98%	(12 950)
Imposto sobre o rendimento corrente:	22,57%	307 459	20,02%	264 173

14. Acréscimos e diferimentos

Os acréscimos e diferimentos apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Gastos diferidos	99 000	62 400
Total	99 000	62 400

15. Afetação dos investimentos e outros ativos

A afetação dos investimentos e outros ativos apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019			31-dez-2018		
	Não Vida	Não afetos	Total	Não Vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	532 872	594 752	1 127 624	1 392 795	946 745	2 339 540
Ativos financeiros disponíveis para a venda	26 153 573	356 033	26 509 606	21 524 858	316 811	21 841 669
Empréstimos e contas a receber	1 150 171	699 000	1 849 171	1 500 111	152 687	1 652 798
Terrenos e edifícios	7 541 467	1 292 917	8 834 384	7 486 412	1 028 151	8 514 563
Outros ativos tangíveis	111 948	25 137	137 085	130 974	48 228	179 202
Outros ativos	214 685	-	214 685	250 126	-	250 126
Total	35 704 717	2 967 838	38 672 555	32 285 277	2 492 622	34 777 898

16. Provisões técnicas

As provisões técnicas de seguro direto apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Provisão para prémios não adquiridos	1 127 442	1 055 527
Provisão para sinistros	18 281 754	17 124 513
Provisão para desvios de sinistralidade	73 500	68 500
Provisão para riscos em curso	406 850	446 820
Total	19 889 546	18 695 361

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos de seguro direto, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019			31-dez-2018		
	Prémios Não Adquiridos	Custos de aquisição diferidos	Provisão para prémios não adquiridos	Prémios Não Adquiridos	Custos de aquisição diferidos	Provisão para prémios não adquiridos
Acidentes de trabalho	332 906	(49 469)	283 436	302 631	(48 123)	254 508
Acidentes pessoais	205 258	(34 561)	170 697	212 517	(36 869)	175 647
Incêndio	290	(68)	222	291	(67)	224
Multiriscos	119 736	(23 205)	96 531	118 752	(23 167)	95 584
Marítimo	683 938	(107 382)	576 556	634 574	(105 010)	529 564
Total	1 342 127	(214 685)	1 127 442	1 268 764	(213 237)	1 055 527

O movimento ocorrido na provisão para prémios não adquiridos de seguro direto durante o exercício foi a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo final
Acidentes de trabalho	254 508	28 928	283 436
Acidentes pessoais	175 647	(4 950)	170 697
Incêndio	224	(2)	222
Multiriscos	95 584	947	96 531
Marítimo	529 564	46 991	576 556
Total	1 055 527	71 914	1 127 442

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo final
Acidentes de trabalho	196 148	58 360	254 508
Acidentes pessoais	142 170	33 477	175 647
Incêndio	220	4	224
Multiriscos	95 731	(147)	95 584
Marítimo	490 450	39 114	529 564
Total	924 719	130 808	1 055 527

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros de seguro direto, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresenta a seguinte decomposição:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Acidentes de trabalho	14 278 613	13 624 011
Acidentes pessoais	788 721	839 751
Incêndio	-	19 678
Multirriscos	95 151	84 979
Marítimo	3 119 269	2 556 094
Total	18 281 754	17 124 513

O movimento ocorrido na provisão para sinistros de seguro direto durante o exercício foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes Pagos	Saldo final
Acidentes de trabalho	13 624 011	4 780 302	4 125 700	14 278 613
Acidentes pessoais	839 751	460 163	511 193	788 721
Incêndio	19 678	(2 168)	17 509	-
Multirriscos	84 979	191 238	181 066	95 151
Marítimo	2 556 094	2 520 658	1 957 484	3 119 269
Total	17 124 513	7 950 193	6 792 952	18 281 754

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes Pagos	Saldo final
Acidentes de trabalho	13 364 856	3 799 177	3 540 022	13 624 011
Acidentes pessoais	710 308	455 352	325 909	839 751
Incêndio	(67)	20 019	274	19 678
Multirriscos	29 962	193 706	138 689	84 979
Marítimo	2 619 022	1 905 476	1 968 404	2 556 094
Total	16 724 081	6 373 730	5 973 298	17 124 513

Os efeitos das alterações nos pressupostos mais significativos, teria o seguinte impacto nos custos de exercício:

(montantes expressos em milhares de Euros)

Estimativa	Alteração	Impacto
Provisão para Sinistros de AT Custo Médio ou peritagem (ano 2019)	Acréscimo 25%	630
Provisão Matemática-Taxa Juro Técnica	Descida de 4% para 3% ano sin <2016	978

Adicionalmente, procedemos à análise da sensibilidade da tarifa através da criação de 2 cenários e verificando o seu impacto ao nível da PRC.

1.º Cenário

Descida da taxa de juro técnica de 4% para 3% ano sin <2016;
Verificação do seu impacto na Provisão Matemática de AT e na PRC.

2.º Cenário

AT- Impacto da descida da taxa de juro técnica de 4% para 3% ano sin <2016 e acréscimo na Provisão para Outras Prestações e Custos em 25% para o ano de 2019.

Outros Ramos – Acréscimo na Provisão para Sinistros em 25% para o ano de sinistro de 2019.

(montantes expressos em milhares de Euros)

Impactos	Variação nas Provisões		PRC (ano ocorrência)	
	2019	2018	2019	2018
Cenário 1	978	888	82,8%	87,1%
Cenário 2	1 235	1 087	87,0%	91,2%

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Incêndio	2 500	2 500
Multirriscos	71 000	66 000
Total	73 500	68 500

O movimento ocorrido na provisão para desvios de sinistralidade durante o exercício foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019		
	Saldo inicial	Dotação do exercício	Saldo final
Incêndio	2 500	-	2 500
Multirriscos	66 000	5 000	71 000
Total	68 500	5 000	73 500

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Saldo inicial	Dotação do exercício	Saldo final
Incêndio	2 500	-	2 500
Multirriscos	61 000	5 000	66 000
Total	63 500	5 000	68 500

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso apresenta a seguinte decomposição:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Acidentes pessoais	106 992	74 503
Incêndio	-	3 386
Multiriscos	62 685	59 456
Marítimo	237 174	309 476
Total	406 850	446 820

O movimento ocorrido na provisão para riscos em curso durante o exercício foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019		
	Saldo inicial	Dotação do exercício	Saldo final
Acidentes pessoais	74 503	32 489	106 992
Incêndio	3 386	(3 386)	-
Multiriscos	59 456	3 229	62 685
Marítimo	309 475	(72 302)	237 174
Total	446 820	(39 970)	406 850

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Saldo inicial	Dotação do exercício	Saldo final
Acidentes pessoais	-	74 503	74 503
Incêndio	-	3 386	3 386
Multiriscos	41 332	18 124	59 456
Marítimo	236 143	73 332	309 475
Total	277 475	169 345	446 820

17. Outros passivos financeiros

A rubrica de outros passivos financeiros apresenta a seguinte decomposição:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Depósitos recebidos de resseguradores	3 451 884	2 808 956
Total	3 451 884	2 808 956

18. Outros credores por operações de seguros e outras operações

Os outros credores por operações de seguros e outras operações apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Contas a pagar por outras operações de seguro directo		
Tomadores	377 814	267 773
Mediadores	2 846 996	2 688 268
Co-seguradores	113 185	113 883
Reembolso de sinistros	113 888	112 217
Sub-total	3 451 884	3 182 141
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Resseguradores	4 053	154 627
Contas a receber por outras operações		
Subscritores de capital	91 027	86 739
Acionistas	61	264
Fornecedores	73 266	22 149
Outros	314 677	305 152
Sub-total	479 032	414 304
Total geral	3 934 969	3 751 073

19. Acréscimos e diferimentos

A rubrica de acréscimos e diferimentos apresenta a seguinte decomposição:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Rendimentos diferidos	233 759	219 711
Acréscimos de gastos	228 175	222 795
Total	461 934	442 506

20. Capital social

O capital social é representado por títulos de capital com o valor mínimo previsto por Lei, ou um seu múltiplo, podendo ser agrupados para perfazerem a entrada mínima de cada cooperador, sendo variável e ilimitado, sendo o seu montante mínimo 6 milhões de euros, integralmente realizado, correspondendo ao somatório dos títulos de capital atribuídos aos cooperadores iniciais e títulos de capital detidos pela cooperativa.

Na data de transformação em cooperativa de responsabilidade limitada, foram atribuídos títulos aos associados da Mútua, em 31 de dezembro de 2003, designados por cooperadores iniciais, num total de 174.000 títulos com o valor nominal de 6 euros por título, perfazendo um total de 870.000 euros.

O remanescente capital social, no montante de 5.130.000 euros, é constituído por capital não titulado, propriedade comum da Mútua.

Por último, a reserva do fundo mutualista ascende a 130.846 euros.

21. Reservas

A rubrica das reservas apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Reservas de reavaliação		
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 645 237	842 577
Terrenos e edifícios de uso próprio	1 351 190	1 222 680
Sub-total	3 996 427	2 065 257
Reservas por impostos diferidos	(935 933)	(526 985)
Outras reservas		
Reserva legal	534 017	468 165
Livres	1 882 486	1 440 001
Outras	736 220	335 690
Sub-total	3 152 723	2 243 856
Total geral	6 213 217	3 782 128

22. Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019			31-dez-2018		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos						
Acidentes de trabalho	5 950 420	(302 578)	5 647 842	4 909 871	(381 094)	4 528 777
Acidentes pessoais	1 166 176	(401 492)	764 684	1 110 000	(376 391)	733 609
Incêndio	979	(881)	98	954	(858)	95
Multirriscos	272 273	(239 788)	32 485	264 763	(233 226)	31 537
Marítimo	3 275 027	(2 495 812)	779 215	2 819 392	(2 157 657)	661 736
Sub-total	10 664 875	(3 440 551)	7 224 324	9 104 980	(3 149 226)	5 955 754
Varição da provisão para prémios não adquiridos						
Acidentes de trabalho	30 275	-	30 275	64 443	-	64 443
Acidentes pessoais	(7 259)	836	(6 423)	37 128	(7 351)	29 777
Incêndio	(1)	1	-	4	(4)	-
Multirriscos	984	(924)	60	(273)	58	(215)
Marítimo	49 363	(40 128)	9 236	39 623	(32 218)	7 405
Sub-total	73 363	(40 216)	33 147	140 925	(39 515)	101 411
Total geral	10 591 512	(3 400 336)	7 191 176	8 964 054	(3 109 711)	5 854 343

23. Custos de exploração

A rubrica dos custos de exploração apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Gastos com o pessoal		
Remunerações		
Órgãos sociais	114 253	108 574
Pessoal	1 113 968	1 066 180
Encargos sobre as remunerações	262 741	260 670
Outros gastos com pessoal	100 367	109 549
Sub-total	1 591 329	1 544 973
Fornecimento e serviços de terceiros		
Água e Luz	28 981	31 285
Combustíveis	29 416	28 430
Material de escritório	24 339	22 926
Artigos para oferta	-	264
Conservação e reparação	290 379	234 164
Rendas e alugueres	2 117	2 344
Comunicação	89 216	75 855
Deslocações e estadas	74 740	72 804
Seguros	18 876	11 916
Publicidade e propaganda	59 841	45 155
Limpeza, saúde e conforto	19 936	21 130
Contencioso e Notariado	7 825	24 932
Vigilância e segurança	7 877	8 049
Trabalhos especializados	10 916	14 655
Gastos com trabalho independente	245 683	249 173
Quotizações	12 741	12 541
Outros fornecimentos e serviços terceiros	208 092	196 849
Sub-total	1 130 975	1 052 471
Impostos e taxas	171 496	112 049
Depreciações	119 918	123 582
Juros suportados	3 128	3 258
Comissões	42 266	35 838
Total geral	3 059 112	2 872 171

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Mútua procedeu à imputação dos gastos gerais a cada uma das funções da seguinte forma, apresentando-se também registadas nas seguintes rubricas da demonstração de ganhos e perdas:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019				Total
	Custos com sinistros Montantes pagos	Custos de aquisição	Custos administrativos	Custos de investimento	
Gastos imputados					
Gastos com o pessoal	522 911	419 156	541 847	107 415	1 591 329
Fornecimento e serviços de terceiros	371 638	297 899	385 097	76 341	1 130 975
Impostos e taxas	124 898	8 267	18 745	19 586	171 496
Depreciações	39 405	31 586	40 832	8 094	119 918
Juros suportados	-	-	-	3 128	3 128
Comissões	-	-	-	42 266	42 266
Sub-total	1 058 852	756 909	986 521	256 830	3 059 112
Custos técnicos	4 144 278	-	-	65 409	4 209 687
Comissões de mediação	-	215 637	143 721	-	359 358
Total geral	5 203 130	972 546	1 130 243	322 239	7 628 157

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018				Total
	Custos com sinistros Montantes pagos	Custos de aquisição	Custos administrativos	Custos de investimento	
Gastos imputados					
Gastos com o pessoal	526 990	426 413	483 422	108 148	1 544 973
Fornecimento e serviços de terceiros	358 998	290 482	329 318	73 673	1 052 471
Impostos e taxas	69 953	7 155	16 042	18 899	112 049
Depreciações	42 154	34 109	38 669	8 651	123 582
Juros suportados	-	-	-	3 258	3 258
Comissões	-	-	-	35 838	35 838
Sub-total	998 095	758 158	867 451	248 468	2 872 171
Custos técnicos	3 322 759	-	-	71 464	3 394 223
Comissões de mediação	-	152 056	122 162	-	274 219
Total geral	4 320 853	910 214	989 613	319 931	6 540 612

24. Comissões recebidas de contratos de seguro

As comissões recebidas de contratos de seguro apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Acidentes pessoais	259 202	258 230
Incêndio	373	361
Multiriscos	87 057	83 304
Marítimo	486 465	443 125
Total	833 097	785 020

25. Rédito

O rédito refere-se às comissões de mediação prestados pelo Grupo no decorrer dos exercícios.

26. Rendimentos financeiros

A rubrica de rendimentos financeiros apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019			
	Rendas	Juros	Dividendos	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida				
<i>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</i>				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	567 975	14 441	582 416
Outros				
Imóveis de rendimento	205 252	-	-	205 252
Empréstimos e contas a receber	-	2 946	-	2 946
Investimentos não afectos				
Outros				
Imóveis de rendimento	37 045	-	-	37 045
Empréstimos e contas a receber	-	475	-	475
Total	242 297	571 396	14 441	828 134

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018			
	Rendas	Juros	Dividendos	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida				
<i>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</i>				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	570 936	13 955	584 890
Investimentos a deter até à maturidade	-	5 957	-	5 957
Outros				
Imóveis de rendimento	169 716	-	-	169 716
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	1 099	-	1 099
Investimentos não afectos				
Outros				
Imóveis de rendimento	36 625	-	-	36 625
Empréstimos e contas a receber	-	668	-	668
Total	206 341	578 660	13 955	798 955

27. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-19		
	Técnica não vida	Não Técnica	Total
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			
Outros gastos de investimentos	65 409	-	65 409
Outros			
Outros gastos de investimentos	245 863	10 967	256 830
Total	311 273	10 967	322 239

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-18		
	Técnica não vida	Não Técnica	Total
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			
Outros gastos de investimentos	71 464	-	71 464
Outros			
Outros gastos de investimentos	236 218	12 249	248 468
Total	307 682	12 249	319 931

28. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas

Esta rubrica apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida			
<i>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</i>			
Ativos financeiros disponíveis para venda	88 000	-	88 000
Outros			
Terrenos e edifícios de rendimento	25 000	-	25 000
Total	113 000	-	113 000

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida			
<i>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</i>			
Ativos financeiros disponíveis para venda	184 731	-	184 731
Outros			
Terrenos e edifícios de rendimento	598 038	230 078	367 960
Terrenos e edifícios de uso próprio	51 735	-	51 735
Total	834 504	230 078	604 426

29. Perdas por imparidade (líquidas de reversão)

O movimento nas perdas por imparidade, líquidas de reversão, foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Imparidade de ativos financeiros detidos para venda	976 625	6 693	-	339 445	643 873
Imparidade de outros	189 678	-	-	-	189 678
Total	1 166 304	6 693	-	339 445	833 552

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Imparidade de ativos financeiros detidos para venda	1 097 672	3 153	-	(124 200)	976 625
Imparidade de outros	159 757	29 921	-	-	189 678
Total	1 257 429	33 075	-	(124 200)	1 166 304

30. Outros rendimentos/gastos

A rubrica de outros rendimentos/gastos apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Rendimentos e ganhos não correntes		
Outros	53 214	203 859
Rendimentos e ganhos financeiros		
Outros	1 108	14 708
Sub-total	54 321	218 567
Gastos e perdas não correntes		
Fornecimentos e serviços de terceiros	(364 369)	(354 944)
Gastos com pessoal	(1 166 860)	(1 028 526)
Outros	(116 119)	
Total geral	(1 593 027)	(1 164 903)

31. Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros é a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2019				
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros a deter até à maturidade	Empréstimos e contas a receber	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	1 127 624	1 127 624
Ativos financeiros disponíveis para a venda	26 509 606	-	-	26 509 606
Empréstimos e contas a receber	-	-	1 849 171	1 849 171
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	2 142 938	2 142 938
Total	26 509 606	-	5 119 733	31 629 339
Ao justo valor por via de resultados				
			Empréstimos e contas a pagar	Total
Passivo				
Outros passivos financeiros			3 451 884	3 451 884
Outros credores por operações de seguros e outras operações			3 934 969	3 934 969
Total			7 386 852	7 386 852

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2018				
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros a deter até à maturidade	Empréstimos e contas a receber	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	2 339 540	2 339 540
Ativos financeiros disponíveis para a venda	21 841 669	-	-	21 841 669
Empréstimos e contas a receber	-	-	1 652 798	1 652 798
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	1 495 149	1 495 149
Total do Ativo	21 841 669	-	5 487 487	27 329 156
Ao justo valor por via de resultados				
			Empréstimos e contas a pagar	Total
Passivo				
Outros passivos financeiros			2 808 956	2 808 956
Outros credores por operações de seguros e outras operações			3 751 073	3 751 073
Total do Passivo			6 560 028	6 560 028

32. Justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros

O Grupo utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1 – Valores cotados (não ajustáveis) em mercados ativos para os ativos e passivos identificáveis.

Nível 2 – Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efetuado com informação observável, quer direta, quer indiretamente.

Nível 3 – Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira apenas quando existe um mercado ativo. O justo valor de instrumentos financeiros não cotados é obtido mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas em condições semelhantes, o risco de crédito e prazo remanescente.

As avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios do Grupo encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	1 127 624	1 127 624
Ativos financeiros disponíveis para a venda	26 509 606	-	26 509 606
Empréstimos e contas a receber	-	1 849 171	1 849 171
Terrenos e edifícios de uso próprio	4 053 124	-	4 053 124
Terrenos e edifícios de rendimento	4 781 260	-	4 781 260
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	2 142 938	2 142 938
Ttotal do ativo	35 343 990	5 119 733	40 463 723
Passivo			
Outros passivos financeiros		3 451 884	3 451 884
Outros credores por operações de seguros e outras operações		3 934 969	3 934 969
Ttotal do passivo	-	7 386 852	7 386 852

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	2 339 540	2 339 540
Ativos financeiros disponíveis para a venda	21 841 669	-	21 841 669
Empréstimos e contas a receber	-	1 652 798	1 652 798
Terrenos e edifícios de uso próprio	3 750 303	-	3 750 303
Terrenos e edifícios de rendimento	4 764 260	-	4 764 260
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	1 495 149	1 495 149
Ttotal do ativo	30 356 232	5 487 487	35 843 719
Passivo			
Outros passivos financeiros		2 808 956	2 808 956
Outros credores por operações de seguros e outras operações		3 751 073	3 751 073
Ttotal do passivo	-	6 560 028	6 560 028

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019				
	Nível I	Nível II	Nível III	Não valorizado ao justo valor	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	1 127 624	1 127 624
Activos financeiros disponíveis para a venda	26 509 606	-	-	-	26 509 606
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1 849 171	1 849 171
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	4 053 124	-	-	4 053 124
Terrenos e edifícios de rendimento	-	4 781 260	-	-	4 781 260
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	2 142 938	2 142 938
Total do Ativo	26 509 606	8 834 384	-	5 119 733	40 463 723
Passivo					
Outros passivos financeiros	-	-	-	3 451 884	3 451 884
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	3 934 969	3 934 969
Total do Passivo	-	-	-	7 386 852	7 386 852

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018				
	Nível I	Nível II	Nível III	Não valorizado ao justo valor	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	2 339 540	2 339 540
Ativos financeiros disponíveis para a venda	21 841 669	-	-	-	21 841 669
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1 652 798	1 652 798
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	3 750 303	-	-	3 750 303
Terrenos e edifícios de rendimento	-	4 764 260	-	-	4 764 260
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	1 495 149	1 495 149
Total do Ativo	21 841 669	8 514 563	-	5 487 487	35 843 719
Passivo					
Outros passivos financeiros	-	-	-	2 808 956	2 808 956
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	3 751 073	3 751 073
Total do Passivo	-	-	-	6 560 028	6 560 028

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros e não financeiros da Mútua que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	
	Valor líquido contabilístico	Justo valor
Ativo		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 127 624	1 127 624
Ativos financeiros disponíveis para a venda	26 509 606	26 509 606
Empréstimos e contas a receber	1 849 171	1 849 171
Terrenos e edifícios de uso próprio	4 053 124	4 053 124
Terrenos e edifícios de rendimento	4 781 260	4 781 260
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 142 938	2 142 938
Total do Ativo	40 463 723	40 463 723
Passivo		
Outros passivos financeiros	3 451 884	3 451 884
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 934 969	3 934 969
Total do Passivo	7 386 852	7 386 852

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	
	Valor líquido contabilístico	Justo valor
Ativo		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 339 540	2 339 540
Ativos financeiros disponíveis para a venda	21 841 669	21 841 669
Empréstimos e contas a receber	1 652 798	1 652 798
Terrenos e edifícios de uso próprio	3 750 303	3 750 303
Terrenos e edifícios de rendimento	4 764 260	4 764 260
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 495 149	1 495 149
Total do Ativo	35 843 719	35 843 719
Passivo		
Outros passivos financeiros	2 808 956	2 808 956
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 751 073	3 751 073
Total do Passivo	6 560 028	6 560 028

O Conselho de Administração do Grupo considera que caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, empréstimos e contas a receber, outros devedores por operações de seguros e outras operações, depósitos recebidos de resseguradores e outros credores por operações de seguros e outras operações se aproximam do justo valor devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

Os terrenos e edifícios encontram-se valorizados com base no método do custo de reposição e no método das rendas capitalizadas.

33. Gestão de riscos, objetivos e políticas

A gestão dos riscos é assumida como um dos pilares da Mútua no suporte a uma estratégia de crescimento sustentável. Assim sendo, um dos principais objetivos da Mútua é garantir que a sua estrutura de gestão de riscos permite assegurar e atingir o equilíbrio adequado entre o risco e o retorno de modo a fixar e preservar a confiança dos clientes, cooperadores, reguladores e restantes partes interessadas.

Como parte da sua governação, a Mútua adota uma estrutura organizacional de gestão de riscos alinhada com as melhores práticas do mercado e dentro dos padrões prudenciais estabelecidos pela entidade reguladora.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juro e os preços das ações podem afetar o rendimento da empresa ou do valor dos seus ativos em instrumentos financeiros.

O objetivo da gestão de risco de mercado é gerenciar e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A principal componente do risco de mercado para a Mútua é o risco de taxa de juro, nomeadamente as obrigações de taxa de juro fixa. O risco cambial e o risco de preços é irrelevante para a Mútua visto não apresentar instrumentos financeiros com estas características.

Risco de taxa de juro

Na carteira de ativos financeiros, todos aqueles que têm entradas de caixa já fixadas para um determinado prazo (ex.: obrigações a taxa fixa) estão sujeitos ao risco de taxa de juro.

O risco deriva do facto de flutuações nas taxas de juro de mercado se refletirem numa evolução dos valores desses ativos (cotações) no sentido inverso. Assim, quando as taxas de juro sobem, o valor dos ativos com entradas de caixa fixas, reduz-se, e vice-versa. O risco de taxa de juro é tanto mais elevado quanto maior o prazo durante o qual as entradas de caixa estão fixadas, o que significa que este é mais pronunciado em ativos como as obrigações a taxa fixa, em que todas as entradas de caixa já estão fixadas até à maturidade (data de reembolso). O risco de taxa de juro também afeta ativos não financeiros, cujas entradas de caixa estejam já fixados, para um determinado prazo. À data de balanço, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019			
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	1 127 624	1 127 624
Ativos financeiros disponíveis para a venda	25 053 045	1 456 561	-	26 509 606
Empréstimos e contas a receber	1 100 171	749 000	-	1 849 171
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	2 142 938	2 142 938
Total do Ativo	26 153 216	2 205 561	3 270 562	31 629 339
Passivo				
Outros passivos financeiros	-	-	3 451 884	3 451 884
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	3 934 969	3 706 503
Total do Passivo	-	-	7 386 852	7 158 387

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018			
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	2 339 540	2 339 540
Activos financeiros disponíveis para a venda	20 257 989	1 583 680	-	21 841 669
Empréstimos e contas a receber	900 000	752 398	-	1 652 398
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	1 495 149	2 024 747
Total do Ativo	21 157 989	2 336 078	3 834 689	27 858 354
Passivo				
Outros passivos financeiros	-	-	2 808 956	2 808 956
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	3 751 073	3 514 881
Total do Passivo	-	-	6 560 028	6 323 837

À data de balanço, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	2019			
	+ 100 pb	+ 50 pb	- 100 pb	- 50 pb
Ativo				
Activos financeiros disponíveis para a venda	(1 829 579)	(943 875)	1 829 579	943 875
Total Ativo	(1 829 579)	(943 875)	1 829 579	943 875

(montantes expressos em Euros)

	2018			
	+ 100 pb	+ 50 pb	- 100 pb	- 50 pb
Ativo				
Activos financeiros disponíveis para a venda	(3 066 873)	(1 606 042)	3 066 873	1 606 042
Total Ativo	(3 066 873)	(1 606 042)	3 066 873	1 606 042

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco do Grupo incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes não cumprirem com as suas obrigações. As principais áreas em que o Grupo se encontra exposta ao risco de crédito são:

- (i) parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro,
- (ii) parte dos resseguradores nos custos com sinistros,
- (iii) valores a receber de tomadores de seguro por contratos de seguro,
- (iv) valores a receber de mediadores de seguro, e
- (v) risco das contrapartes relativamente aos instrumentos de dívida e aos saldos em bancos.

O Grupo procura mitigar o risco de crédito através da diversificação da exposição do risco a mais do que uma entidade e da revisão regular dos riscos a que se encontra exposta.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a exposição a risco de crédito apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 127 624	-	1 127 624
Ativos financeiros disponíveis para a venda	27 153 479	643 873	26 509 606
Empréstimos e contas a receber	1 488 849	189 678	1 299 171
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 245 659	1 102 721	2 142 938
Total do Ativo	33 015 612	1 936 273	31 079 339

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 339 540	-	2 339 540
Ativos financeiros disponíveis para a venda	22 818 294	976 625	21 841 669
Empréstimos e contas a receber	1 842 476	189 678	1 652 798
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 535 336	1 040 187	1 495 149
Total do Ativo	29 535 647	2 206 491	27 329 156

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a qualidade de crédito por desagregação de rating da Standard & Poors, ou equivalente, por país de origem da contraparte apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Depósitos em instituições de crédito		
BB-	550 000	300 000
B+	-	600 000
N/D	1 744 751	600 000
Sub-total	2 294 751	1 500 000
Ativos financeiros disponíveis para venda		
AAA	-	2 201 040
AA+	-	1 744 350
AA	2 360 285	98 070
AA-	1 886 575	311 650
A	229 090	3 967 425
A-	5 850 170	400 820
BBB+	110 190	3 998 760
BBB	9 841 928	5 393 658
BBB-	1 518 765	737 140
BB+	950 410	309 490
BB	433 440	-
N/D	3 328 753	2 679 266
Sub-total	26 509 606	21 841 669
Total geral	28 804 357	23 341 669

A decomposição por antiguidade dos recibos por cobrar, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019							Total
	Não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 30 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 365 dias	Vencidos acima de 365 dias	Perdas por imparidade	
Acidentes de trabalho	198 822	69 295	139 871	116 502	37 200	322 683	(779 927)	104 446
Acidentes pessoais	22 635	11 959	7 614	15 289	5 430	63 477	(107 568)	18 836
Incêndio e elementos da natureza	-	-	-	-	-	-	(58)	(58)
Multiriscos	75	3 296	539	329	292	80 119	(79 693)	4 956
Marítimo	2 373	36 240	21 983	16 270	7 279	86 653	(107 548)	63 250
Total	223 906	120 790	170 006	148 389	50 200	552 933	(1074794)	191 430

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018							Total
	Não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 30 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 365 dias	Vencidos acima de 365 dias	Perdas por imparidade	
Acidentes de trabalho	124 749	55 465	139 611	97 456	44 202	334 499	(695 806)	100 176
Acidentes pessoais	28 538	12 492	7 700	14 156	9 877	68 653	(119 907)	21 510
Incêndio e elementos da natureza	-	-	-	-	-	-	-	-
Multiriscos	67	3 280	187	194	287	79 373	(79 252)	4 135
Marítimo	670	38 406	22 213	27 691	42 993	94 914	(127 295)	99 593
Total	154 024	109 643	169 711	139 497	97 359	577 440	(1022260)	225 415

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco do Grupo não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os ativos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e a sua liquidez.

A natureza da atividade seguradora tem implícita a impossibilidade de prever com certeza os fundos necessários para cobrir as responsabilidades do Grupo. Desta forma, o Grupo avalia o valor e a maturidade das suas responsabilidades através do recurso a métodos estatísticos e com base na experiência anterior.

A tabela abaixo indica as maturidades dos perfis dos ativos e passivos financeiros:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019								
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Indeter-minado	Total
Ativo									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 127 624	-	-	-	-	-	-	-	1 127 624
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	313 346	1 418 998	1 473 376	6 156 616	17 147 270	26 509 606
Empréstimos e contas a receber	-	-	600 169	-	550 002	-	-	699 000	1 849 171
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	365 456	194 184	111 515	291 861	187 549	-	6 696	985 676	2 142 938
Total do Ativo	1 493 080	194 184	711 684	605 208	2 156 549	1 473 376	6 163 312	18 831 946	31 629 339
Passivo									
Outros passivos financeiros	-	-	3 451 884	-	-	-	-	-	3 451 884
Outros credores por operações de seguros e outras operações	717 889	-	117 238	3 099 841	-	-	-	-	3 934 968
Total do Passivo	717 889	-	3 569 121	3 099 841	-	-	-	-	7 386 852
Total da posição líquida	775 191	194 184	(2 857 437)	(2 494 634)	2 156 549	1 473 376	6 163 312	18 855 697	24 266 238

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018								
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Indeter-minado	Total
Ativo									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 392 795	-	-	-	-	-	-	-	1 392 795
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	689 204	689 204
Ativos financeiros disponíveis para a venda	105 318	-	-	313 167	694 397	734 017	4 266 877	15 411 082	21 524 858
Empréstimos e contas a receber	300 005	600 017	-	600 090	-	-	-	152 686	1 652 797
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	34 026	159 034	42 850	420 113	1 053	-	79 900	628 938	1 365 914
Total do Ativo	1 832 144	759 051	42 850	1 333 371	695 450	734 017	4 346 777	16 881 909	26 625 568
Passivo									
Outros passivos financeiros	-	-	2 808 956	-	-	-	-	-	2 808 956
Outros credores por operações de seguros e outras operações	750 195	367	173 355	2 589 524	1 440	-	-	-	3 514 881
Total do Passivo	750 195	367	2 982 310	2 589 524	1 440	-	-	-	6 323 837
Total da posição líquida	1 081 948	758 684	(2 939 460)	(1 256 153)	694 010	734 017	4 346 777	16 881 909	20 301 731

Risco operacional

Uma série de causas associadas aos processos do Grupo, o pessoal, a tecnologia e infraestrutura e riscos de liquidez, tais como os que resultam de exigências legais e regulamentares e normas de comportamento empresarial geralmente aceites. O objetivo do Grupo é de gerir riscos operacionais assim como equilibrar e evitar perdas financeiras e danos à reputação com relação a custo-eficácia e evitar procedimentos de controlo que restrinjam iniciativas e criatividade.

Risco do Seguro

O Grupo tem vindo a adequar a sua estrutura e os seus procedimentos com vista a dar resposta às exigências que se colocam na área da gestão de riscos.

O sistema de gestão de riscos do Grupo compreende estratégias, processos e procedimentos de prestação de in- for-

mação que permitem identificar, mensurar, monitorizar, gerir e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, a que está ou pode vir a estar exposta. Está integrado na estrutura organizacional e no processo de tomada de decisão e considera as pessoas que dirigem efetivamente o Grupo ou nela são responsáveis por funções-chave e abrange todos os riscos, incluindo os riscos não considerados no cálculo do requisito de capital de solvência ou considerados apenas parcialmente. Abrange, entre outras, as áreas de subscrição e provisionamento, investimentos, gestão do risco de concentração e de liquidez, gestão do risco operacional e técnicas de mitigação do risco.

Relativamente ao Risco Específico de Seguros, definido de acordo com a Norma Regulamentar nº. 14/2005- R de 29 de novembro e que corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro, realçamos:

i. No Desenho de Produtos (novo produto):

O risco surge nesta fase ligado aos processos de desenho de produtos e de tarifação e consiste na empresa assumir riscos não identificados na fase de desenho e de definição do preço do seguro. Neste contexto indicamos como princípios orientadores:

- O enquadramento nos vetores estratégicos definidos pelo Grupo;
- A identificação do público-alvo e das suas necessidades;
- A análise de mercado, com as suas constantes evoluções;
- A identificação e avaliação dos principais riscos associados a esse produto;
- Estabelecimento de limites de subscrição;
- O seu enquadramento na política de resseguro do Grupo;
- E o seu enquadramento na política de resseguro da empresa.

ii. Na Aceitação de riscos (Risco de Subscrição)

- O risco aparece relacionado com a seleção dos riscos a segurar e com a respetiva relação com o nível de prémios a praticar, apresentando-se os seus princípios como segue:
- Dispor de um normativo alinhado com os vetores estratégicos definidos pelo Grupo e com os Tratados de Resseguro;
- Enquadramento crítico com o praticado no mercado e com os resultados de exploração interna;
- Proceder a uma correta análise de risco integrando toda a sua dimensão económica e social; e
- Assegurar o seu alinhamento com as condições existentes nos tratados de resseguro.

Mais especificamente, e por ramo, a política apresenta-se como segue:

Acidentes de trabalho

- Tarifário definido por tipo de atividade profissional e dentro da atividade piscatória por tipo de pesca;
- Limites de subscrição (limitação ao capital a segurar) estabelecidos para fora da Pesca e atribuídos plafonds para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Diretor Técnico e para o Diretor Coordenador.
- A aceitação de riscos no estrangeiro, nos termos definidos pela nova Apólice Uniforme, em qualquer atividade profissional, fica dependente de consulta ao Departamento Técnico.

Acidentes pessoais

- Tarifário definido consoante o risco da atividade.
- Limites de subscrição estabelecidos para os capitais por Morte e/ou Invalidez Permanente/pessoa e atribuídos plafonds para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Diretor Técnico e para o Diretor Coordenador.

Multirriscos

- Tarifário definido para os riscos base de cada uma destas coberturas, bem como para as coberturas complementares;
- Prémio e franquias na cobertura do risco de fenómenos sísmicos de acordo com o estudo feito pela Associação Portuguesa de Seguradores. Por princípio, não são realizadas cobertura de Riscos Industriais.
- Limites de subscrição estabelecidos por capital e risco.

Marítimo

- A aceitação do risco é precedida do conhecimento do proprietário da embarcação, da situação económica da empresa, sobretudo de pesca e da vistoria efetuada à embarcação, quando o montante de capital, a idade da embarcação a segurar e outros fatores que pontualmente o justifiquem, bem como as coberturas pretendidas o exigirem.
- Dentro do tarifário e das regras definidas há competência da rede externa para a aceitação do risco.
- Limites de subscrição para o Ramo Marítimo, estabelecidos em circular específica.

iii. Risco de prémio

- O risco de os prémios respeita ao montante do mesmo não ser suficiente para a cobertura de todas as obrigações decorrentes desses contratos (sub-tarifação). A fim de aferir a adequação e suficiência dos prémios praticados em relação aos vários ramos em análise é tomado em consideração todos os proveitos e custos, nomeadamente custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos, custos com a gestão de investimentos, resultados decorrentes dos tratados de resseguro celebrados e ainda resultados financeiros afetos aos vários ramos.
- São analisadas as contas técnicas para cada um dos ramos, antes e depois de resseguro, procedendo à comparação entre os custos técnicos afetos ao ramo e os proveitos técnicos correspondentes.
- É analisada a necessidade de constituição ou não de provisão para riscos em curso como aferidor da adequação tarifária de cada ramo.

iv. Risco de provisionamento

- Corresponde ao risco de a empresa efetuar um provisionamento de responsabilidades inadequado.
- No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno o Grupo formalizou em documento específico a sua Política de Provisionamento.

A sua monitorização é efetuada pela Função Atuarial, no âmbito das suas funções, procedendo a uma avaliação da suficiência das Provisões Técnicas através de métodos atuariais. A evolução da comparação entre 1) os montantes pagos dos ramos não vida, líquidos de reembolsos, sem custos de gestão, brutos de resseguro e excluindo em Acidentes de trabalho as responsabilidades vida (provisões matemática e assistência vitalícia) e 2) a estimativa final de custo, é como segue:

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2019	Montantes Pagos líquidos de Reembolsos (valores acumulados)									
	Anos decorridos									
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Ano de Ocorrência										
2010	4 740 494	5 965 941	6 070 030	6 062 429	6 029 409	6 069 537	6 099 248	6 510 019	6 462 676	6 469 270
2011	3 007 226	4 142 678	4 296 574	4 328 968	4 367 453	4 373 961	4 374 121	4 374 902	4 427 932	
2012	1 923 694	2 749 257	2 954 807	3 061 973	3 111 272	3 125 304	3 127 215	3 130 952		
2013	2 487 212	3 898 647	4 062 041	4 109 293	4 169 661	4 179 633	4 203 963			
2014	1 960 045	2 788 636	3 047 936	3 124 603	3 149 633	3 192 873				
2015	2 041 888	3 571 789	3 737 478	3 754 895	3 813 110					
2016	2 614 035	4 148 544	4 267 767	4 381 541						
2017	1 935 842	3 432 535	3 538 254							
2018	2 111 894	3 279 939								
2019	2 889 016									

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2019	Estimativa Final do Custo com Sinistros Líquidos de Reembolsos (valores acumulados)									
	Anos decorridos									
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Ano de Ocorrência										
2010	7 200 347	6 925 897	6 795 536	6 596 446	6 552 625	6 586 690	6 530 617	6 552 960	6 543 881	6 470 270
2011	5 004 027	4 804 803	4 694 438	4 604 004	4 602 058	4 575 710	4 575 776	4 598 276	4 529 103	
2012	3 714 957	3 481 073	3 482 054	3 480 342	3 297 831	3 182 335	3 139 818	3 134 949		
2013	4 770 817	4 975 546	4 772 694	4 721 877	4 709 063	4 643 309	4 624 084			
2014	3 550 939	3 427 899	3 320 752	3 259 155	3 270 988	3 245 687				
2015	4 743 987	4 113 822	4 180 764	4 152 902	3 984 012					
2016	5 145 990	4 704 943	4 640 718	4 611 474						
2017	4 373 225	4 043 344	4 021 395							
2018	4 282 031	4 293 998								
2019	5 410 520									

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2018	Montantes Pagos líquidos de Reembolsos (valores acumulados)							
	Anos decorridos							
	0	1	2	3	4	5	6	7
Ano de ocorrência								
2011	3 007 226	4 142 678	4 296 574	4 328 968	4 367 453	4 373 961	4 374 121	4 374 902
2012	1 923 694	2 749 257	2 954 807	3 061 973	3 111 272	3 125 304	3 127 215	-
2013	2 487 212	3 898 647	4 062 041	4 109 293	4 169 661	4 179 633	-	-
2014	1 960 045	2 788 636	3 047 936	3 124 603	3 149 633	-	-	-
2015	2 041 888	3 571 789	3 737 478	3 754 895	-	-	-	-
2016	2 614 035	4 148 544	4 267 767	-	-	-	-	-
2017	1 935 842	3 432 535	-	-	-	-	-	-
2018	2 111 894	-	-	-	-	-	-	-

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2018	Estimativa Final do Custo com Sinistros Líquidos de Reembolsos (valores acumulados)							
	Anos decorridos							
	0	1	2	3	4	5	6	7
Ano de ocorrência								
2011	5 004 027	4 804 803	4 694 438	4 604 004	4 602 058	4 575 710	4 575 776	4 598 276
2012	3 714 957	3 481 073	3 482 054	3 480 342	3 297 831	3 182 335	3 139 818	-
2013	4 770 817	4 975 546	4 772 694	4 721 877	4 709 063	4 643 309	-	-
2014	3 550 939	3 427 899	3 320 752	3 259 155	3 270 988	-	-	-
2015	4 743 987	4 113 822	4 180 764	4 152 902	-	-	-	-
2016	5 145 990	4 704 943	4 640 718	-	-	-	-	-
2017	4 373 225	4 043 344	-	-	-	-	-	-
2018	4 282 031	-	-	-	-	-	-	-

v. Gestão de sinistros

Este risco advém da possibilidade de ocorrer um incremento das responsabilidades devido a uma insuficiente gestão dos processos.

No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno o Grupo formalizou em documento específico a sua Política de Gestão de Sinistros. O Diretor Técnico e por suas instruções, os serviços técnicos, bem como os serviços clínicos, devem acompanhar a gestão dos processos de sinistro e respetivas provisões.

Particularmente nas provisões matemáticas, é efetuada uma análise em que se acompanha as alterações nas provisões derivadas da alteração dos graus de incapacidade e tipo de desvalorização estimados comparativamente com as incapacidades definidas pelos médicos e posteriormente com aquelas que são fixadas nos Tribunais de Trabalho em sede de conciliação.

Mantém-se, também nos Acidentes de Trabalho, no risco respeitante às assistências vitalícias, critérios objetivos para a sua identificação e evolução.

vi. Resseguro

Com o objetivo de mitigar ou diversificar os riscos a que se encontra exposta ou pode vir a encontrar-se exposta, o Grupo celebra contratos de resseguro em todos os ramos que explora, apresentado os seguintes tipos de tratado de resseguro, por ramo:

Ramos não vida	Tipo de resseguro
Acidentes de trabalho	Não proporcional
Acidentes pessoais	Não proporcional e proporcional
Incêndio e outros danos	Proporcional
Marítimo	Não proporcional e proporcional

Comportamento da carteira de não-vida:

Os rácios de sinistros, despesas e combinado são apresentados como segue:

Ramos	Ac.Trabalho		Ac.Pessoais		Incêndio		Multiriscos		Marítimo		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Rácio Sinistralidade	81%	78%	40%	41%	-221%	2092%	70%	64%	77%	69%	75%	70%
Rácio de Despesas	7%	7%	57%	56%	43%	40%	54%	55%	26%	28%	20%	21%
Rácio Combinado	88%	85%	97%	97%	-179%	2132%	125%	120%	102%	97%	94%	91%

34. Gestão de capital

O Grupo privilegia a manutenção de rácios de solvabilidade sólidos, sendo os principais indicadores de uma situação financeira estável. O Grupo gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Durante o decorrer do exercício a Companhia aprofundou o processo de Solvência II.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Mútua dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2019.

35. Compromissos e contingências

As garantias concedidas pela Mútua apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Garantia bancária	Beneficiário	Montante
Millennium BCP	Município da Moita	12 203
Millennium BCP	Petrogal	6 210
Millennium BCP	Tribunal de Trabalho de Lisboa	9 976
BPG	Tribunal de Trabalho de Viana do Castelo	22 475
BBVA	Tribunal de Trabalho de Matosinhos	44 892

O Grupo celebrou contratos de locação operacional, como locadora relativamente aos terrenos e edifícios de rendimento.

Os contratos de locação têm em média 3 anos, apresentando-se com os compromissos como segue:

(montantes expressos em Euros)

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	mais de 5 anos
2019	135 657	90 965	15 675
2018	121 624	66 447	18 269
Total	257 281	157 412	33 944

36. Partes relacionadas

Durante o exercício de 2019, as remunerações ao pessoal-chave de gestão ascendeu a 314.308 euros (297.377 euros em 2018).

37. Acontecimentos após a data de balanço

No passado dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou o surto do novo Coronavírus (Covid 19) como uma pandemia. À data da emissão das presentes demonstrações financeiras, existem diversos países que declararam o estado de emergência, decretando, entre outras limitações, encerramento de algumas atividades económicas e restrições nas deslocações, embora estas medidas estejam a ser progressivamente levantadas. Estas medidas conduziram ao abrandamento abrupto da economia, quer a nível nacional, quer a nível internacional, não se sabendo à presente data qual o seu desenvolvimento.

O Grupo está a proceder ao acompanhamento desta situação, quer do ponto de vista operacional, quer do ponto de vista financeiro. O Conselho de Administração encontra-se a monitorar e a adotar medidas de acompanhamento ao nível da carteira de investimentos e a proceder a uma gestão cuidada da liquidez.

Os impactos da pandemia quer a curto prazo quer a médio longo prazo são difíceis de se prever. Contudo, apesar das suas potenciais implicações, o Conselho de Administração não considera existirem indícios para questionar a aplicação do princípio da continuidade do negócio do Grupo.

Até a data em que as demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão, para além da situação acima identificada, não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para o Grupo que afetem as presentes demonstrações financeiras consolidadas ou que requeiram divulgação nas mesmas.

38. Outros assuntos

O Revisor Oficial de Contas, para além do serviço de Revisão Legal de Contas, prestou os seguintes serviços permitido por lei e regulamentação em vigor, ao nível das demonstrações financeiras individuais:

- Relatório do Revisor Oficial de contas sobre os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno quando aos procedimentos específicos para o combate ao branqueamento de capitais e à política antifraude nos termos do n.º 2 da circular da ASF n.º 1/2017;
- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

- *Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões; e*
- *Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre outros assuntos identificados no âmbito do trabalho efetuado nos termos das alíneas a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.*

O Contabilista Certificado

António dos Santos Monteiro

O Conselho de Administração

José Manuel Jerónimo Teixeira - Presidente

João Paulo Quinzico Delgado - Vice-Presidente

Álvaro José Bota Guia

Arsénio Marques Caetano

Filipe Manuel Santos Dias Marques

Jerónimo Gomes Viana

José Luis Marques Cabrita

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS CONSOLIDADAS

Aos cooperadores da

MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de Seguros, C.R.L.,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e Prestação das Contas Consolidadas, MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de Seguros, C.R.L./PONTO SEGURO – Mediação de Seguros, Lda. elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade, relativos ao exercício de 2019.

2. Acompanhámos, durante o exercício, a atividade e gestão da Mútua dos Pescadores em todas as matérias do seu âmbito de competências e informação sobre a atividade do Ponto Seguro. O Conselho Fiscal procedeu ao exame dos registos e documentos de suporte das contas consolidadas, analisámos o Relatório da Administração, a Demonstração da posição financeira (Balanço), a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração de variações do capital próprio, a Demonstração do rendimento Integral e as Notas à Demonstração da posição financeira e Conta de Ganhos e Perdas Consolidadas, efetuou reuniões com os responsáveis técnicos das áreas financeiras e de contabilidade e com o Revisor Oficial de Contas desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados. Apreciamos a Certificação Legal das Contas e Relatório sobre a Auditoria das Desmonstrações Financeiras Consolidadas emitida pelo Revisor Oficial de Contas e tanto quanto é do nosso conhecimento consideramos terem sido elaboradas em conformidade com as normas legais e contabilísticas vigentes. Para além da análise aos documentos o Conselho Fiscal obteve sempre todos os esclarecimentos considerados necessários para a elaboração do parecer.

3. O Resultado Líquido Consolidado de 980.953€ no exercício reflete o resultado líquido positivo da Mútua dos Pescadores de 525.434€ e da Ponto Seguro de 491.382€, deduzido do impacto em ganhos e perdas resultante dos ajustamentos em conformidade com as IFRS, no valor de 34.950€ e dos interesses minoritários, no valor de 913€. O Ativos Líquido Consolidado é de 44.935.881€, o Passivo 30.729.103€ e o Capital Próprio 14.206.778€.

4. Parecer

Face ao que antecede e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

a) Aprove os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2019 tal como foram apresentados pela Administração;

5. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 29 de Junho de 2020

O CONSELHO FISCAL

Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda, Presidente

Jorge Serafim Silva Abrantes, Vogal

José Joaquim Salvado Mesquita, Vogal



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da MÚTUA DOS PESCADORES – MÚTUA DE SEGUROS, C.R.L. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira consolidado em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 44.935.881 euros e um total de capital próprio de 14.206.778 euros, incluindo um resultado líquido do exercício após interesses minoritários de 980.953 euros), a conta de ganhos e perdas consolidada, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASES

No passado dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19, como pandemia. Os recentes desenvolvimentos resultantes desta pandemia têm impacto significativo quer a nível nacional, quer a nível internacional. Estes desenvolvimentos aumentam o grau de incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das diversas entidades. Os efeitos decorrentes deste evento para a atividade do Grupo encontram-se divulgados na nota 6 do relatório de gestão e na nota 37 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Valorização dos Ativos financeiros disponíveis para venda (incluindo as perdas por imparidade)

(Divulgações relacionadas com as notas 2.4.4 e 5 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, em 31 de dezembro de 2019, incluem no seu balanço ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao justo valor, em 31 de dezembro de 2019, no montante de 26.509.606 euros (21.841.669 euros em 31 de dezembro de 2018).

Estes ativos representam a rubrica mais significativa do Grupo.

A mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor (incluindo a determinação das perdas por imparidade), encontra-se detalhada nas políticas contabilísticas constantes na nota 2.4.4 das notas anexas às demonstrações financeiras.

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento associado à determinação da valorização e perdas por imparidade dos instrumentos financeiros.

Síntese da abordagem de auditoria

Os procedimentos efetuados para validar os instrumentos financeiros incluíram a realização, entre outros, dos seguintes procedimentos de auditoria:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno do Grupo e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes;
- Teste à valorização da carteira dos instrumentos financeiros;
- Testes para avaliar eventuais perdas de imparidade; e
- Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas de Relato Financeiro aplicáveis.

Valorização dos Terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento

(Divulgações relacionadas com as notas 2.4.5, 2.4.6, 7 e 8 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

O Grupo apresenta, em 31 de dezembro de 2019, terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento, num montante de 4.053.124 euros e 4.781.260 euros, respetivamente (3.750.303 euros e 4.764.260 euros em 31 de dezembro de 2018).

O Grupo utiliza avaliadores externos profissionalmente qualificados para valorizar os seus imóveis. Os imóveis são valorizados através do método comparativo de mercado, pelo método do custo de reposição e pelo método de rendimento. A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento inerente nos pressupostos utilizados nas avaliações realizadas pelos avaliadores externos.

Síntese da abordagem de auditoria

Os procedimentos efetuados para validar a valorização dos terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento incluíram a realização, entre outros, de:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno do Grupo e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes;
- Avaliação das metodologias de valorização dos imóveis;
- Avaliação dos pressupostos significativos das avaliações dos imóveis;
- Avaliação da competência dos avaliadores externos; e
- Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas de Relato Financeiro aplicáveis.

Mensuração das Provisão para sinistros de seguro direto

(Divulgações relacionadas com as provisões para sinistros de seguro direto apresentadas nas notas 2.4.18 e 16 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>A provisão para sinistros de seguro direto apresenta-se como a rubrica mais significativa das responsabilidades do Grupo, ascendendo a 18.281.754 euros em 31 de dezembro de 2019 (17.124.513 euros em 31 de dezembro de 2018).</p> <p>A consideração destas matérias como relevantes para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o julgamento significativo por parte do órgão de gestão.</p>	<p>Os procedimentos efetuados para validar a mensuração das provisões matemáticas e passivos financeiros incluíram a realização, entre outros, de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entendimento dos procedimentos de controlo interno do Grupo e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes; • Testes efetuados às fontes de informação do Grupo; • Comparação das metodologias, modelos e pressupostos utilizados face às práticas de mercado; • Realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de sinistralidade e cobertura; • Seleção de amostras para execução de testes de detalhe; e • Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com a Normas de Relato Financeiro aplicáveis.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa

razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da MÚTUA DOS PESCADORES – MÚTUA DE SEGUROS, C.R.L. pela primeira vez na assembleia geral de cooperadores, realizada em 20 de março de 2016, para o exercício de 2016.*
- Fomos eleitos na assembleia geral de cooperadores, realizada em 19 de março de 2017, para um segundo mandato compreendido entre 2017 e 2020.*
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.*
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta mesma data.*
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.*

Lisboa, 29 de junho de 2020

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1.266



MÚTUA
DOS PESCADORES

Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, C.R.L.

Sede: Avenida Santos Dumont, Edifício Mútua n.º 57, 6.º, 7.º, 8.º - 1050-202 Lisboa
T + 351 21 393 63 00 | F + 351 21 393 63 10 | geral@mutuapescadores.pt

www.mutuapescadores.pt

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 16.616
Registada na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões sob o n.º 1020, no Ramo Não Vida
NIPC 500 726 477 – Capital variável, mínimo 6 Milhões Euros